Terceira Parte - Espaços e paisagens urbanas:
Gênese, intervenções e representações
**Capítulo 11 - Construção e representações das
paisagens urbanas**

Cláudia Damasceno Fonseca

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

FONSECA, C.D. Construção e representações das paisagens urbanas. In: *Arraiais e vilas d'el rei: espaço e poder nas Minas setecentistas* [online]. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011. Humanitas series, pp. 500-556. ISBN: 978-85-423-0307-0. <https://doi.org/10.7476/9788542303070.0017>.

All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

CONSTRUÇÃO E REPRESENTAÇÕES DAS PAISAGENS URBANAS

Antes de passarmos ao estudo das paisagens urbanas de Minas Gerais, convém explicitar os sentidos que atribuímos a este conceito ambíguo e “polimórfico”.¹ No campo das ciências humanas, o emprego da expressão “paisagem urbana” e as primeiras tentativas de conceitualizá-la são relativamente recentes, datando de menos de três décadas. Além disso, cabe notar que as paisagens urbanas constituem um tema pouco estudado pelos geógrafos e historiadores – que, em geral, interessaram-se mais pelas análises de paisagens rurais, ou pelo estudo da emergência de paisagens específicas, como os litorais, a montanha, a floresta, ou o deserto.²

Nas últimas décadas, os estudos sobre paisagens e paisagens urbanas têm oscilado entre duas abordagens distintas, embora estreitamente ligadas.³ Na primeira, a paisagem é vista como “uma combinação concreta na qual intervém um grande número de fatores”⁴ ou como o “resultado tangível, concreto, de múltiplas interações entre as sociedades e seu meio”.⁵ A segunda considera que “a paisagem só pode nascer do reconhecimento de um olhar, histórica e socialmente construído, que seleciona um certo número de signos materiais em função do seu valor simbólico, ou dos sentimentos e da emoção estética que eles podem despertar”.⁶

Nossa análise levará em consideração ambas as abordagens. Num primeiro momento, estudaremos o processo de construção de alguns elementos materiais das povoações mineiras setecentistas. Privilegiando o estudo das intervenções urbanas⁷ ocorridas

nestas localidades, tentaremos identificar os atores das transformações e seus objetivos, situando-as no contexto do urbanismo colonial português. Em seguida, nosso interesse se concentrará nas paisagens urbanas enquanto representações: será o momento de analisar as maneiras pelas quais a materialidade das vilas e dos arraiais era percebida, não só pelos homens que ali inscreveram sua existência, mas também por aqueles que não foram mais do que observadores de passagem.

AS INTERVENÇÕES URBANAS EM MINAS GERAIS: ATORES E CONTEXTOS

CONTROLE E REGULARIZAÇÃO DA FORMA URBANA

Devido a uma espécie de “obsessão comparativa” dos historiadores e, em particular, dos historiadores da arte ibero-americana, durante muitas décadas prevaleceu uma imagem bastante distorcida e negativa das cidades portuguesas na América. Comparadas às muitas implantações em forma de tabuleiro de xadrez dos castelhanos – as quais demonstravam o “zelo minucioso e previdente” dos seus fundadores –, os raros assentamentos urbanos situados do outro lado da linha de Tordesilhas só podiam ser fruto do “desleixo” dos portugueses, que consideravam a colônia apenas como um lugar de passagem, e, por isso, construíam cidades precárias e com traçados irregulares.

Como se sabe, esta visão da cidade portuguesa surge sob a pluma de Sérgio Buarque de Holanda, que publica em 1936 o ensaio “O sementeiro e o ladrilhador”, um dos capítulos mais citados – embora nem sempre de maneira justa – do livro *Raízes do Brasil*.⁸ As reflexões de Holanda acerca das diferenças entre as obras de urbanização portuguesa e espanhola nas Américas influenciaram fortemente os estudos sobre as cidades coloniais brasileiras até o final da década de 1960. Nestes trabalhos, o urbanismo castelhano – calcado nas *Ordenanzas sobre descubrimiento nuevo y poblacion*, de 1573 – aparece sempre como um modelo ideal. O comentário do historiador da arte Robert Smith ilustra com perfeição esta abordagem:

Nada inventaram os Portugueses no planejamento de cidades em países novos. Ao contrário dos Espanhóis, que eram instruídos por lei a executar um gradeado regular de ruas que se entrecruzam em torno de uma praça central, os Portugueses não mantinham regras, excepto a antiga, da defesa através da altura. Suas cidades cresceram pela vinculação gradual de núcleos isolados, formados pela fundação individual e arbitrária de capelas, casas ou mercados. A posição destes edifícios ditava as trajetórias irregulares das ruas que os uniam.⁹

Deve-se lembrar, no entanto, que “O semeador e o ladrilhador” (bem como os demais capítulos do célebre livro) não é o resultado de uma “pesquisa rigorosa e exaustiva”, mas um ensaio interpretativo. Trata-se, sem dúvida alguma, de um texto essencial, de um clássico eterno da historiografia brasileira, mas isto não impede que se possa considerá-lo, sob certos pontos de vista, como “superado e plenamente datado” – de acordo com as palavras do próprio autor.¹⁰

De fato, no que diz respeito às diferenças entre as fundações urbanas portuguesas e espanholas – que é apenas um dos aspectos tratados no capítulo citado – determinadas observações do historiador são válidas apenas para as três primeiras décadas da presença portuguesa no Brasil. Holanda estava, sem dúvida, ciente deste fato, mas ele não julgou necessário explicitá-lo.¹¹ É, aliás, bem provável que o teria feito, se tivesse podido prever que a dicotomia “cidade portuguesa *versus* cidade espanhola”, ao invés de constituir simplesmente “uma síntese”, um “quadro teórico”,¹² ou uma base de reflexão, iria ser tomada ao pé da letra por várias gerações de pesquisadores, até hoje. Com efeito, “O semeador e o ladrilhador” constituiu uma espécie de baliza em relação à qual os estudiosos da vila colonial portuguesa procuraram se posicionar, seja confirmando, seja refutando, com discrição ou veemência, as assertivas do mestre.

No seu texto mais conhecido, publicado em 1968, Paulo Santos, após citar a passagem relativa ao “desleixo” dos portugueses, observava que tal “retrato” das cidades coloniais era dificilmente conciliável

com a ideia de havermos guindado essas mesmas cidades portuguesas do Brasil (...), em parte ou no todo, à categoria de monumentos nacionais, expressão da suma de nossa cultura artística,

aquilo de que mais nos orgulhamos de ter feito, o sulco maior deixado no Tempo por nossa sensibilidade e nosso espírito.¹³

Apesar de discordar das “palavras candentes” empregadas por Holanda, Paulo Santos preferiu não criticá-lo abertamente: “dada a sua autoridade, [tais palavras] não podem ser obscurecidas”.¹⁴ Em contrapartida, dez anos mais tarde, Roberta Marx Delson não hesitaria em afirmar que, dentre os trabalhos que contribuíram a perpetuar *the myth of the unplanned Brazilian town*, o livro *Raízes do Brasil* continha as análises “menos inspiradoras, e as mais prejudiciais ao desenvolvimento dos estudos sobre as origens e a evolução das cidades brasileiras”.¹⁵

Na década de 1960 começou-se, portanto, a contestar ou, pelo menos, a nuançar as ideias de Sérgio Buarque de Holanda. Se não resta dúvida de que, durante o primeiro século de colonização, as iniciativas de urbanização dos portugueses foram bastante setorizadas e modestas. E marcadas pelo empirismo característico de sua administração, provou-se, por outro lado, que nos períodos posteriores existiram, em certas regiões, verdadeiras políticas de urbanização que respondiam às necessidades e interesses específicos da Coroa portuguesa. Dentro destas abordagens, enquadram-se, especialmente, Nestor Goulart Reis Filho e Roberta Marx Delson.¹⁶

É importante notar que Holanda havia sido um dos primeiros a adotar esta nova postura e a reformular suas ideias. No primeiro tomo da obra *História geral da civilização brasileira*, publicado em 1960, o autor descreve o processo de fundação de Salvador, coordenada por Tomé de Souza, referindo-se a um “empenho urbanístico” e ao “zelo” – e não mais o “desleixo” – manifestados pelo colonizador:

Não há nada de novo nesse providente zelo da Coroa, despachando tudo quanto parecia necessário e, em alguns casos, talvez ainda mais que o indispensável, para um empreendimento como o projetado. É sabido que a fundação de cidades constituiu, em todos os tempos, o meio específico de criação de instrumentos locais de domínio, mormente se em sítios apartados da metrópole. E Portugal não fugiu à regra, ao menos na fase mais ativa de sua expansão ultramarina.¹⁷

Em diversos estudos que se seguiram, as análises da iconografia e cartografia urbanas, bem como de outras fontes, demonstraram que tais políticas de urbanização também podiam refletir uma preocupação maior, da parte das autoridades metropolitanas, com relação à organização do espaço urbano. Isto era verdade sobretudo no tocante às localidades principais – as “cidades reais”, aglomerações litorâneas colocadas sob o controle direto da Coroa. Salvador não foi, com efeito, um caso isolado: em cidades como o Rio de Janeiro, desde o século XVI a ação de funcionários especiais da Coroa – os engenheiros militares – esteve na origem da criação de traçados reticulares e da construção de fortificações. Suas intervenções urbanas foram frequentemente guiadas por cartas régias, que continham uma série de recomendações relativas à escolha dos sítios,¹⁸ ao traçado das ruas e das praças, à forma e à orientação das casas.¹⁹ Pesquisas mais recentes sobre a urbanização nas regiões fronteiriças da Amazônia e do Mato Grosso durante o século XVIII comprovaram, aliás, que a ação destes engenheiros não se restringiu apenas às cidades costeiras.²⁰

Novas abordagens sobre as fundações castelhanas no Novo Mundo também contribuíram para relativizar as diferenças entre as duas obras de colonização. De fato, ao mesmo tempo que se demonstrava a existência de traçados planejados e regulares para as cidades portuguesas, a historiografia sobre o urbanismo hispano-americano avançava em sentido inverso. Por um lado, destacou-se o fato de que a adoção de traçados em tabuleiro de xadrez não foi sistemática nas terras conquistadas pelos espanhóis; por outro lado, revelou-se o caráter tardio do texto das *Ordenanzas* de 1573 em relação a uma grande parte das fundações. Na realidade, para os legisladores que haviam concebido tais regulamentos, tratava-se “mais de consolidar um modelo de eficácia comprovada, do que de fabricar um novo, fixando sobre o papel normas urbanas já solidamente inscritas na pedra”.²¹

É preciso lembrar, por fim, uma segunda tendência dos estudos que renovaram a leitura das cidades coloniais portuguesas e que concernem diretamente aos núcleos mineiros. Ao invés de procurar comprovar a existência de traçados regulares no Brasil, alguns autores colocaram em questão “a superioridade intrínseca da cidade de padrão rigorosamente geométrico sobre a cidade de formação espontânea ou semi-espontânea”, reconhecendo a

“originalidade”, a “vitalidade” e certas qualidades estéticas nos traçados urbanos “informais” ou “orgânicos”.²²

Esta foi a via escolhida por Paulo Santos, mas também por Sylvio de Vasconcellos, que se interessou particularmente pela morfologia das vilas e arraiais de Minas, publicando diversos trabalhos entre as décadas de 1950 e 1970. Suas análises destacam as características mais constantes destes núcleos: sua formação “espontânea”, o aspecto longilíneo, “natural e orgânico” dos traçados, sua maneira de se “fundir” na paisagem, adaptando-se à topografia acidentada. Segundo o autor, a implantação das várias igrejas de irmandades no centro de pequenos largos irregulares, ou sobre plataformas, acima do nível das ruas, produz “bons efeitos de perspectiva”. Ele observa, ainda, que a paisagem urbana resultante desta tradição é muito diferente do que se vê nas cidades regulares do litoral, onde as igrejas apresentam-se, geralmente, inseridas no interior das quadras, ou coladas a estabelecimentos conventuais.

Segundo Vasconcellos, as povoações mineiras, com suas “configurações esparramadas, longilíneas”, originaram-se, em sua maioria, de estradas, “cujas margens construídas acabaram por transformá-las em ruas”. O traçado ficava, assim, mais dinâmico,

e, frequentemente, permite arranjos plásticos que funcionam como cenários, em perfeita harmonia com a paisagem circundante. O povoado cresce como lhe convém, espicha e encolhe conforme seu estágio de desenvolvimento, ameniza os aclives com traçados coleantes, absorve os terrenos mais favoráveis e rejeita os impróprios, participando da vida de seus habitantes como uma entidade também viva e livre das contenções determinadas por regras fixas ou tentativas de racionalização divorciadas da realidade.²³

Convém notar que, na zona mineradora, as intervenções da Coroa no desenvolvimento físico das povoações foram menos explícitas, rigorosas e sistemáticas do que em outras regiões da América portuguesa – e, conseqüentemente, são menos facilmente identificáveis pelo historiador. O contexto particular da capitania fez com que as autoridades metropolitanas se preocupassem muito mais com questões fiscais e com o controle de populações rebeldes do que com problemas ligados à

estruturação dos espaços urbanos. Poucos engenheiros foram designados para a região das minas, e estes raramente intervieram em questões urbanísticas: na maior parte dos casos, suas competências técnicas foram utilizadas para a realização de levantamentos cartográficos e de projetos de arquitetura militar (quartéis, palácio dos governadores).

Segundo Sylvio de Vasconcellos, só teria havido duas exceções à regra geral da “linearidade” e da “espontaneidade” das aglomerações mineradoras: o arraial do Tijuco e a cidade de Mariana, que apresentam traçados “compactos” e “reticulares”, semelhantes aos adotados nas cidades litorâneas (Rio de Janeiro, Salvador, Belém), e “mais de acordo com os princípios urbanísticos recomendados pela administração portuguesa”.²⁴ Para explicar tais exceções, o autor relembra os contextos singulares nos quais se inserem ambas as localidades no período colonial. A primeira era sede da Demarcação Diamantina, e local de residência dos poderosos intendentes, que podem ter sido os responsáveis por intervenções visando à regularização do tecido urbano. Quanto a Mariana, na época em que foi escolhida como sede da diocese de Minas Gerais, seu traçado urbano foi objeto de um projeto de extensão e regularização – que, segundo a historiografia mineira, teria sido concebido pelo engenheiro militar José Fernandes Pinto Alpoim.

Contudo, Sylvio de Vasconcellos não levou adiante o estudo destes casos “excepcionais”, preferindo sublinhar os aspectos que os aproximavam das aglomerações mineradoras “típicas”.²⁵ É verdade que, no caso do arraial do Tijuco, não seria nada fácil determinar as razões da singularidade da sua forma urbana, já que os arquivos da administração diamantina, aparentemente, não contêm documentos relativos à gestão do espaço urbano do arraial. Com efeito, é geralmente nos arquivos das câmaras que encontramos a maior parte das informações relacionadas ao controle e à gestão dos espaços urbanos; ora, o Tijuco só se tornou sede de um concelho em 1831, quando o arraial conseguiu, enfim, se emancipar da Vila do Príncipe. Em contrapartida, existem muitos documentos que tratam da gênese de Mariana, o que nos permitiu estudar o processo de formação do espaço urbano desta cidade com um nível razoável de profundidade.²⁶

Nossas pesquisas revelaram, aliás, que estas duas aglomerações não devem ser consideradas como casos excepcionais: na ausência de engenheiros, diversas autoridades locais da capitania – os camaristas, evidentemente, mas também padres, governadores e ouvidores – foram os protagonistas de várias intervenções, de escalas e alcance variáveis. Tendo em vista as condições topográficas e econômicas específicas da região mineiradora, na maioria das vezes estas intervenções principiavam pela escolha de um sítio mais apropriado para as implantações urbanas do que as encostas abruptas das montanhas, ou as margens inundáveis dos cursos de água auríferos – locais onde os mineradores costumavam erigir seus ranchos e suas capelas. Quando isto não era possível, os oficiais municipais só intervinham nos tecidos urbanos de maneira bastante setORIZADA.

AS MINAS E OS SÍTIOS URBANOS

Em 1709, quando as autoridades metropolitanas tomaram as primeiras providências para a instalação efetiva do poder civil na região das minas, não se propôs qualquer criação urbana *ex nihilo*. As primeiras câmaras foram instituídas nas aglomerações existentes, ou seja, em arraiais fundados pelos pioneiros paulistas. De acordo com o parecer dos conselheiros régios, a escolha das localidades que seriam elevadas à categoria de vila deveria ser guiada por certos critérios: “E estas vilas e povoações se deve procurar sejam fundadas em sítios salutíferos com vizinhança de rios e boas águas, terrenos férteis e em boa distância das ribeiras principais do ouro, porque estas devem ser precisamente as que devem regular a situação das vilas.”²⁷

Esta decisão da metrópole teve implicações importantes no desenvolvimento das vilas mineradoras. A primeira diz respeito à formação da estrutura fundiária urbana; conforme vimos, a instituição dos rossios não era simples, pois este patrimônio municipal se superpunha a concessões mais antigas, de outra natureza – principalmente datas minerais, cedidas a particulares. A segunda consequência concerne à “boa ordem” ou “polícia” das aglomerações: as autoridades locais rapidamente se deram conta do fato de que a coexistência de habitações e explorações auríferas em um mesmo terreno era prejudicial tanto para a atividade mineradora, quanto para a constituição de espaços urbanos bem ordenados.

Em 1713, quando a vila de São João del-Rei foi criada no Arraial Novo, o governador Dom Brás Baltazar decidiu transferir a povoação para outro sítio, separando-a das minas de ouro. Segundo o auto de levantamento, a vila deveria, a partir de então, desenvolver-se em torno do pelourinho que o governador mandara erigir “no lugar que escolheu para a dita vila, a contento, e com aprovação dos moradores dela, a saber, na chapada do morro que fica da outra parte do córrego, para a parte do nascente do dito arraial, por ser o sítio mais capaz e conveniente para se continuar a dita vila (...)”.²⁸

Mas, ao contrário do que afirma o documento, a decisão do governador não contara com o apoio da maioria da população. Na realidade, esta última recusou-se a mudar para o outro lado do córrego, preferindo continuar a morar em suas lavras, a fim de vigiá-las.²⁹ Em 15 de abril de 1714, o governador insistia para que sua ordem fosse aplicada, mandando publicar, “ao som de caixas”, um bando que fixava o prazo de um ano para que todos os moradores do Arraial Novo se transferissem para o terreno por ele escolhido quando da fundação da vila, “com cominação de que as [pessoas] que não obedecessem seriam castigadas ao seu arbítrio”.³⁰ Esta ameaça, porém, não surtiu qualquer efeito, apesar de uma parte da população ter se dado conta das desvantagens da superposição entre habitações e minas. De fato, à medida que a vila se expandia, os conflitos entre proprietários de lavras de ouro e os outros moradores tornavam-se mais frequentes.

Como já foi mencionado, em sua visita a São João del-Rei, no ano de 1717, o conde de Assumar havia se surpreendido com o aspecto caótico da vila. Só encontrara ali “casas de palha”, dispostas sem qualquer ordem, “e umas muito separadas das outras, e juntamente pelas lavras de ouro, que ficam tão perto delas, que hoje se fazem, amanhã se botam em terra para trabalhar (...)”.³¹ De fato, os filões de ouro podiam se estender linearmente por dezenas de metros, passando, muitas vezes, por baixo de moradias alheias.

Como as queixas dos mineiros eram continuamente reiteradas e a questão tinha uma importância capital para os interesses régios, em 1719 o conde de Assumar ordenava à câmara de São João del-Rei que tomasse as providências necessárias à solução destes problemas. Os oficiais não mais deviam autorizar a construção de casas sobre os morros nos quais se situavam lavras

de ouro, mas apenas do outro lado do córrego. O governador lembrava que, justamente para evitar os prejuízos dos moradores, seu antecessor havia determinado que a vila deveria se estabelecer próximo à igreja, “único local onde Vossas Mercês consintam que se façam casas, e não da parte do morro, como já se tem ordenado”.³²

De fato, a igreja matriz era um dos raros edifícios religiosos que havia sido efetivamente transferido para o sítio escolhido por Dom Brás Baltazar, sobre a margem direita do córrego do Lenheiro (também chamado do Tijuco), a meia encosta do Morro da Forca.³³ Uma ponte de madeira foi construída em 1719 para ligar as duas margens, mas ainda havia poucas casas na parte nova da vila.³⁴ Em 1721, a matriz já estava em ruínas e sua reconstrução se impunha. Porém, ao invés de construir a nova igreja no mesmo local, tal como exigia o governador, os habitantes decidem, ao contrário, fazê-lo no lugar mais cômodo para os fregueses, ou seja, do lado das lavras, “dentro do corpo da vila, e não tão fora, como a antiga”.³⁵

É provável que, por esta época, os filões situados na margem esquerda do ribeirão já estivessem esgotados, ou em vias de se esgotarem, e, portanto, não havia mais razões para que se impedissem novas construções nestes terrenos. A matriz foi erguida na principal via urbana – que se tornou Rua Direita.³⁶ Em seguida, duas igrejas de irmandades foram construídas nas extremidades desta mesma rua: a da Ordem Terceira do Carmo e a do Rosário dos Pretos. Outros elementos arquitetônicos marcantes surgiram, posteriormente, em torno da matriz: a prisão, a casa de câmara e o pelourinho que, ao que tudo indica, permanecera por pouquíssimos anos na margem direita, local em que Dom Brás Baltazar o havia plantado, em 1713.³⁷

Somente em 1740 é que edifícios institucionais importantes seriam construídos na margem direita do córrego do Lenheiro: a Casa de Intendência do Ouro e a Igreja da Ordem Terceira de São Francisco, às quais viria se juntar, em 1783, a Santa Casa de Misericórdia.³⁸ No início do século XIX, esta parte da vila ainda estava pouco ocupada, conforme demonstra o desenho realizado pelo viajante Rugendas em 1824 (Figura 8.3, Capítulo 8).

A Vila do Príncipe, erigida em 1714, oferece outro exemplo de mudança de sítio urbano. No entanto, as motivações da transferência foram ali totalmente diferentes, como vemos num relato histórico anônimo, feito por volta de 1750:

Fundou-se e levantou-se pelourinho no morro de Santo Antônio, duas léguas distante do Tijuco, o qual foi mandado levantar pelo ouvidor do Sabará Luís Botelho de Queirós, e passados poucos anos se mudou esta vila para o sítio que hoje existe, distante do primeiro onze léguas e do Tijuco nove, pelo juiz ordinário Antônio Quaresma, a instâncias de uma sua amiga negra, por nome Jacinta, existente ainda hoje, que vivia naquele sítio com lavras suas. E para ali fez mudar o pelourinho e tudo o mais que pôde, e se foi aumentando, e tem hoje bastantes moradores com Casas de Câmara e Cadeia e residência dos ouvidores (...).³⁹

Porém, os terrenos da amásia do juiz da Vila do Príncipe iriam se revelar pouco propícios a uma implantação urbana, por serem acidentados e estarem ainda ocupados por lavras de ouro.⁴⁰ Em 1731, Antônio Ferreira de Mello, ouvidor da comarca do Serro do Frio, afirmava que a vila não possuía, então, mais que sessenta casas, a maioria “coberta de palha”, e que ela jamais teria aumento, “pela ruim paragem em que fica”.⁴¹

As opiniões do cronista anônimo da vila não divergiam deste parecer: a sede da comarca de Serro do Frio lhe parecia ainda mais desagradável quando ele a comparava ao arraial do Tijuco:

A Vila do Príncipe é mal fundada por uns despenhadeiros, metida entre matos, por parte do qual passa um pequeno córrego ou ribeirão; tem bastante gente e casas de madeira ordinárias; tem sua igreja matriz ordinária e uma capela de Santa Rita. E a esta freguesia pertence o arraial do Tijuco, que foi fundado primeiro que a vila, no sítio que hoje existe junto às melhores lavras que havia naquela comarca, que hoje se acham todas dentro da demarcação proibida, e é arraial grande em sítio alegre, com boa igreja de Santo Antônio e uma capela da Senhora do Rosário em que está o Sacramento e um capelão posto pelo pároco (...).⁴²

Os problemas surgidos em São João del-Rei e na Vila do Príncipe acabaram alertando as autoridades de Minas sobre os inconvenientes da proximidade entre habitações e lavras de ouro. Em 1744, após a descoberta das minas de Paracatu, o governador

Gomes Freire enviava o ouvidor do Rio das Velhas até o local, não só para repartir as datas minerais “com ordem e equidade”, mas também para orientar a construção dos arraiais:

E também lhe recomendo que, praticando com as pessoas mais inteligentes, determinem o lugar em que se hão de formar os arraiais, matéria que necessita de grande ponderação, e espero que nesta comissão obre com tal acerto, que eu tenha muito que agradecer-lhe em nome de Sua Majestade.⁴³

Em 1737, o governador interino Martinho de Mendonça de Pina e Proença havia encarregado o ouvidor da comarca do Rio das Mortes de uma missão semelhante, desta vez na “Campanha do Rio Verde” – zona situada na parte meridional da capitania, onde, segundo rumores, existiam explorações clandestinas.

Logo que chegou ao local, Cipriano José da Rocha organizou a distribuição dos terrenos auríferos e efetuou a cobrança dos quintos. No relatório enviado ao governador, o ouvidor descreveu com entusiasmo a Campanha do Rio Verde, cujos ares eram “benévolos e muito alegres, de maravilhosa vista e com melhor assento que as terras de São João del-Rei”, sede da comarca.⁴⁴

Na mesma carta, Cipriano informava sobre as medidas que tomara para organizar um arraial na parte mais central “das minas do Rio Verde”, a fim de reunir a população que se encontrava espalhada pelos diversos acampamentos, nas margens dos córregos e ribeiros auríferos. Este documento não deixa dúvidas quanto à importância atribuída pelos portugueses ao sítio e à regularidade de suas implantações urbanas:

Escolhi a beneplácito de todos, sítio para o arraial, adonde mandei fazer um rancho para mim à minha custa e ordenei que todos fizessem para si no mesmo sítio, com ordem de ruas, praça e igreja. Também demarqueei terra para Casa de Intendência, se vier a ser necessário. E em breves tempos será necessário mandar Sua Majestade fazer vila, e por isso dei forma ao arraial, para que não sucedesse a irregularidade que se acha nas Vilas dessas Minas.⁴⁵

Dois meses depois, quando o ouvidor deixava a região, o arraial já estava “povoado com praça e ruas em boa ordem e muito boas casas”.⁴⁶ A igreja também foi rapidamente construída

e, em 1739, o arraial tornou-se sede de freguesia – o que indica o desenvolvimento demográfico e econômico já alcançado.⁴⁷

Por outro lado, apesar dos pedidos insistentes enviados à metrópole, a vila seria criada somente em 1798, conforme vimos. No ano seguinte, a rainha Dona Maria I encarregava o juiz de fora, Doutor José Joaquim Carneiro de Miranda e Costa, de tomar as medidas necessárias para a instalação oficial da “Vila da Campanha da Princesa”,

debaixo da direção do Governador e Capitão General da Capitania de Minas Gerais, a quem participo, e ordeno vos preste todo o auxílio que precisares para efeito da criação da Vila, que se regulará conforme ao estabelecimento das outras do mesmo Estado do Brasil; cuidando-se muito particularmente na construção das casas de Câmara, Cadeia, Pelourinho, Calçadas, arruamentos, e tudo mais pertencente a Boa Ordem, Polícia e Segurança Pública da mesma Vila.⁴⁸

Em 23 de dezembro de 1799, o pelourinho era erigido “com a solenidade do estilo, no lugar onde se considerou mais próprio e cômodo, e vem a ser na praça na dita vila, defronte da Real Casa de Intendência”⁴⁹ – ou seja, naquela mesma praça que, sessenta anos atrás, havia sido demarcada pelo previdente ouvidor de Rio das Mortes.

A gênese do arraial do Tamanduá ocorreu na mesma época, mas de maneira muito mais “espontânea” que o da Campanha do Rio Verde: em 1739, aparentemente, nenhuma autoridade presidiu a organização do povoado. Este cresceu rapidamente, graças à riqueza de suas minas, que atraíram grande número de aventureiros, vindos principalmente do termo de São José. Somente cinquenta anos mais tarde, quando da elevação do arraial à categoria de vila, é que surgiram preocupações de ordem urbanística mais explícitas.

Em novembro de 1789, o visconde de Barbacena encarregava o ouvidor do Rio das Mortes das solenidades de ereção da vila, recomendando-lhe que deixasse “determinado o arruamento da nova Vila, para que se faça daqui em diante com boa regularidade”.⁵⁰ Cumprindo estas ordens, o magistrado erigiu o pelourinho “no lugar que melhor pareceu a contento, e com aprovação dos moradores dela, a saber na chapada do morro que

fica para a banda do Sul, por detrás da igreja matriz da predita vila, por ser o sítio mais cômodo e capaz”.⁵¹ A escolha de um local suficientemente plano era, de fato, uma condição essencial para o estabelecimento de um traçado regular, com ruas pouco íngremes e mais praticáveis.

Nota-se similitudes entre este documento e o auto de levantamento da vila de São João del-Rei (1713). Todavia, ao contrário do ocorrido na cabeça da comarca do Rio das Mortes, não identificamos aqui qualquer sinal de resistência, por parte da população, quanto à ideia da mudança do sítio urbano. Tudo indica que, a partir da intervenção do ouvidor, a vila tenha se desenvolvido no local estipulado, em torno do pelourinho. A partir daí, a aglomeração primitiva, situada às margens do ribeiro aurífero, passou a ser chamada de “arraial velho”.⁵²

Cabe lembrar que tal topônimo existe em várias localidades setecentistas, como Mariana e Sabará. De fato, além dos exemplos que acabamos de citar, outras transferências de povoações tiveram lugar nas Minas. Muitas delas ocorreram no século XIX, no momento em que as igrejas matrizes foram reconstruídas, em sítios mais “decentes” e apropriados; aliás, várias destas intervenções foram conduzidas pelos próprios vigários das freguesias.⁵³

Em Minas, como em outras partes da América portuguesa, existiu, portanto, um número considerável de “cidades nômade”, segundo a expressão de Alain Musset. No entanto, como foi observado pelo autor, estas transferências foram, no Brasil, bem menos frequentes e espetaculares do que as ocorridas na América espanhola, pois, na maioria dos casos, as novas estruturas urbanas localizavam-se a poucas dezenas ou centenas de metros do povoado primitivo.⁵⁴

MEDIDAS DE REGULARIZAÇÃO DOS TECIDOS URBANOS

Os exemplos que acabamos de analisar demonstram que a “comodidade” dos sítios constituiu uma questão de grande relevância para as autoridades metropolitanas e locais. Contudo, muitas vezes as transferências mencionadas eram impensáveis. Certos arraiais foram fundados em áreas de topografia tão acidentada que não havia, no seu entorno imediato, nenhum terreno muito mais “cômodo” que o sítio original. Além disso, em determinados casos, a riqueza dos depósitos auríferos e o

desenvolvimento comercial alcançado pela localidade fizeram com que os aspectos urbanísticos se tornassem secundários. É o que se pode concluir a partir da leitura do auto de levantamento de Vila Rica:

Supondo não achava o sítio muito acomodado, atendendo às riquezas que prometiam as minas, que há tantos anos se lavram nesses morros e ribeiras e ser a parte principal dessas minas, aonde acode o comércio, e fazendas (...) todos convieram que neste dito arraial [do Ouro Preto] junto com o de Antônio Dias se fundasse a vila pelas razões referidas; pois era o sítio de maiores conveniências que os povos tinham achado para o comércio (...).⁵⁵

Como notou Sylvio de Vasconcellos: “A topografia de Vila Rica é, por assim dizer, bastante imprópria ao estabelecimento de uma povoação. Terrenos planos naturais são praticamente inexistentes e sua obtenção, por aterros e desaterros, é dificultada ao extremo pela dureza geral do solo.”⁵⁶

As ruas excessivamente inclinadas e a implantação irregular dos edifícios da capital mineira também foram notadas – e bastante criticadas – pelos contemporâneos. A câmara, no entanto, despendia esforços no sentido de atenuar este aspecto irregular, sempre buscando melhorar os espaços públicos. Os caminhos “incapazes à condução dos mantimentos e serventia do bem público” eram reformados; quando das correições, os oficiais se faziam acompanhar pelo arruador do concelho, que determinava o alinhamento das novas construções e, desta forma, regularizavam-se alguns trechos das ruas.⁵⁷

Já em 1714, poucos anos depois da criação da vila, um incêndio no “bairro” (freguesia) de Nossa Senhora do Pilar do Ouro Preto constituiu uma boa oportunidade para a câmara intervir no traçado de algumas ruas, “medindo e arruando-as de sorte que as recuassem para os fundos, e ficasse uma praça para melhor arruamento desta nova vila e por ficar defronte da Matriz daquele bairro”.⁵⁸ Em 1715, o arruador de Vila Rica mandou cravar balizas no solo para demarcar o alinhamento das propriedades foreiras da “Rua Nova que vem do Ouro Preto para a praça desta vila”.⁵⁹

Em 1797, o morador João Pereira solicitava uma redução dos seus foros, pois a câmara acabara de demolir mais da metade da sua casa para poder regularizar e “cordear a praça desta vila”.⁶⁰ De fato, foi nesta época que Vila Rica sofreu uma transformação

urbanística marcante: a ampliação e o alinhamento da praça da nova Casa de Câmara e Cadeia.⁶¹ Até então, o lugar não passava de um terreno aplainado, que unia as duas paróquias – Pilar do Ouro Preto e Antônio Dias –, e que era delimitado por edifícios desiguais e implantados de maneira desordenada, entre os quais se destacava o Palácio dos Governadores. A reforma exigiu, realmente, a demolição de algumas casas – entre elas a do morador João Pereira – que obstruíam a vista dos dois grandes edifícios institucionais.⁶² O resultado de tal intervenção foi a criação de um espaço bastante regular e amplo, que contrasta com o aspecto labiríntico do resto da cidade (Figura 11.1).

Também em Vila do Príncipe, os oficiais tomaram providências visando dotar a aglomeração de uma verdadeira praça pública – ou “rossio”, na outra acepção da palavra –, conforme se pode constatar na deliberação da câmara de 2 de julho de 1738:

(...) e logo na mesma vereação requereu o Procurador deste Senado, que como em todas as cidades, vilas e lugares é útil e conveniente ao bem público haver rossios ou praças que sirvam de recreio e passeio aos moradores, exercício dos soldados ou paisanos, e de festejos, como são de touros e cavalladas, e nesta vila já haja conveniente para o dito efeito, o lugar chamado da Carreira, no princípio da vila referida, que (...) desde muitos anos tem a dita serventia, e poderão alguns vizinhos da dita Carreira quererem aforar terras, no circuito dela para casas (...) e requereu ele dito Procurador por parte deste Senado, em atenção ao bem público, e estilo em todas as partes observado, que este Senado determinasse o dito lugar por rossio e praça desta vila, e que nele não se afore terras algumas, nem os que tiverem aforadas para casas as fizessem, se não três braças para dentro das cercas, dando primeiramente parte a este Senado (...) porque do contrário, se experimentaria o dano de estar o dito rossio sombrio, e inficionado, com lamas tejucais (...) e para se proceder contra os que, contra esta determinação, levantassem casas no dito circuito (...) além de pagarem para as despesas do Senado trinta oitavas de ouro, pagar da cadeia, e à sua custa serem logo demolidas (...).⁶³

Ao contrário de Vila Rica, não se trata, neste caso, de uma praça “institucional”, polarizada por símbolos fortes do poder régio (o palácio dos governadores) e municipal (a casa da câmara), mas de um espaço de passeio e lazer. Lembre-se, a propósito, que

na capital das Minas os “curros” e outros “espetáculos públicos” deste tipo não se realizavam na grande praça principal, e sim “na praia do Ouro Preto”,⁶⁴ que era, provavelmente, o único terreno suficientemente amplo e plano da vila que poderia acolher esta forma de atividade.

Mariana também tinha um espaço utilizado para “espetáculos” e outras festas profanas. Não se tratava da praça do pelourinho (casa de câmara), nem do Largo da Sé, mas de uma praça bem mais regular e espaçosa, que também foi objeto de cuidados da câmara: o “Largo da Cavallhada”, depois chamada “Praça do Rossio” (atual Praça Gomes Freire). Com efeito, ao contrário do que afirmaram diversos autores, a regularidade do traçado urbano de Mariana não se deve apenas a um engenheiro militar, mas é o resultado de um conjunto de intervenções realizadas por diversos atores, em diferentes momentos. Nesse sentido, a gênese deste espaço urbano pode ser vista como um caso-síntese, como um exemplo que reúne diversos contextos e modalidades de intervenção reguladora. A “excepcionalidade” do caso de Mariana deve-se, principalmente, à sua condição de sede episcopal e à atenção especial que as autoridades metropolitanas dedicaram à configuração dos seus espaços públicos.

O processo inicial de formação desta localidade foi, todavia, muito semelhante ao de outros centros mineradores, apresentando as características que foram evidenciadas nos trabalhos de Sylvio de Vasconcellos. O arraial primitivo de Nossa Senhora do Carmo foi constituído pela justaposição de pequenos acampamentos situados próximo ao ribeirão e aos morros auríferos; as vias principais prolongavam-se em caminhos que conduziam a outros arraiais mineradores, formando traçados longilíneos, com ruas seguindo as curvas de nível ou escalando costas abruptas.

Antes da criação da vila, uma decisão tomada pelo vigário da freguesia foi decisiva para o desenvolvimento posterior da povoação.⁶⁵ Em 1707, o padre Manuel Braz decide retirar “os foros de matriz” da capela de Nossa Senhora do Carmo, atribuindo-os à capela de Nossa Senhora da Conceição, que, como vimos no capítulo anterior, havia sido construída pelo português Antônio Pereira Machado, “no arraial de baixo, na esplanada, em lugar mais cômodo ao culto”.⁶⁶ Após a instituição da câmara, o pelourinho e outros símbolos do poder civil (a prisão, a Casa

de Intendência) foram dispostos em torno da nova igreja matriz, formando o núcleo principal da aglomeração (Figura 11.2).

Se as transformações mais visíveis do espaço urbano só ocorreram depois de 1745, data da criação da diocese, é certo que antes disso o poder municipal já vinha se esforçando para regular o traçado urbano e a implantação das casas, como vemos num edital de 2 de março de 1735:

Porquanto nos consta que muitas pessoas e moradores desta vila costumam reedificar casas metendo-lhe esteios e baldrames novos, fazer valos, cercas e paredes sem para isso serem primeiro arruadas, e sem faculdade deste Senado, como também levantarem casas sem darem parte, mandamos que daqui em diante nenhuma das sobreditas pessoas possa reedificar as ditas casas nem também levantá-las, nem cercar nem valar, estando dentro da demarcação da sesmaria deste Senado, sem que se faça saber ao mesmo Senado para se lhe aforar, com pena de se lhe demolir a dita obra (...).⁶⁷

Os problemas resultantes da proximidade – ou mesmo da superposição – entre explorações auríferas e moradias, que já existiam nos primórdios de São João del-Rei, aparentemente só ocorreram, na Vila do Carmo, a partir da década de 1730. Durante os anos de 1737, 1742 e 1743, os “cercos” (barragens) construídos pelos mineradores, bem como o assoreamento do rio, haviam provocado grandes inundações. Estas foram responsáveis pela destruição da principal via da povoação, que corria paralela ao curso d’água: a “Rua do Piolho”, onde, segundo os historiadores locais, viviam famílias abastadas, a qual se prolongava pela primitiva Rua Direita (Figura 11.3).⁶⁸

Justamente neste momento de crise, Dom João V, “atendendo a que a Vila de Ribeirão do Carmo é a mais antiga das Minas Gerais, e que fica em sítio muito cômodo”, decidia escolhê-la para sede do bispado mineiro, instituído em 1745. A vila foi então elevada à categoria de cidade, e ganhou um novo nome, Mariana, em homenagem à rainha.

Sendo informado sobre o estado lastimável em que se encontrava a povoação, ao invés de mudar de ideia – e preferir a rival Vila Rica –, o rei determinou que uma “nova cidade” seria construída e ordenou a Gomes Freire de Andrade que se fizesse “planta e arruamentos das ruas que de novo se devem

fazer em sítio livre das inundações do rio”.⁶⁹ Era o início de uma longa correspondência trocada entre Lisboa, o governador e a câmara de Mariana, na qual as palavras “aformosear”, “aumentar”, “preencher” e “dilatar” a cidade aparecem com frequência e demonstram a determinação do rei em obter um cenário urbano ideal para a cerimônia de posse de Dom Manuel da Cruz, primeiro bispo de Minas.

Segundo o desejo de Dom João V, a primeira medida a ser tomada era a demarcação de uma “praça espaçosa”, de ruas “direitas e com bastante largura” e de sítios para os “edifícios públicos” – especialmente para um edifício conveniente para a cadeia e audiências da câmara, que se tencionava construir há anos. A câmara deveria, em seguida, aforar as “braças de terra que os moradores pedirem” para suas casas, as quais haveriam de “fazer face das ruas, cordeadas as paredes em linhas retas, e havendo comodidade para quintais das casas, devem estes ficar pela parte detrás delas, e não pela parte das ruas em que as casas tiverem suas entradas”.⁷⁰

Porém, os oficiais da câmara encontraram sérias dificuldades para pôr em prática essas exigências. Em primeiro lugar, porque o sítio escolhido para os novos arruamentos – os antigos pastos situados atrás da igreja matriz – já se achava parcialmente ocupado pelos habitantes sinistrados pelas enchentes, que tinham ocupado terrenos aforados pela Fazenda Real – e não pela câmara.⁷¹ Sabendo disso, o rei havia, aliás, determinado que se deveria “antepor a formosura das ruas” às “conveniências particulares”, podendo-se assim demolir as moradias existentes “para se observar a boa ordem que fica estabelecida na situação da cidade”.⁷² Em uma carta enviada ao governador em 1743, os camaristas mostravam-se de acordo com este princípio, informando que “o arruamento que se fez pela Fazenda Real não está conforme com a sua ordem que devem ter as povoações, e nela não se assinou lugar para a Cadeia, e Casa de Câmara, de que muito se necessita”.⁷³

Mas a questão não seria resolvida de forma tão simples. Em 1748, ano da chegada do bispo, ainda não se sabia “o modo que se terá nos arruamentos da cidade a que mandou dar forma Sua Majestade”.⁷⁴ A cerimônia de posse do prelado acabaria ocorrendo num cenário inacabado – os percursos seguidos pelos cortejos e procissões tiveram que evitar as novas ruas, ainda

não “preenchidas” de casas –, e é provável que tal atraso tenha sido provocado pela resistência dos moradores flagelados, que teimaram em permanecer nos terrenos onde deveriam ser abertas as novas vias.

Depois de se livrar deste problema, os camaristas tiveram ainda que lutar contra uma forte especulação que se estabeleceu sobre os terrenos aforados na “parte nova” da cidade, o que impedia que estes fossem “preenchidos” por moradias com a rapidez desejada. O edital publicado pela câmara em 6 de agosto de 1750 refere-se ao comércio ilícito destas propriedades, feito principalmente por pessoas de “poucos cabedais”, que não tinham condições para construir nos chãos que pediam, sendo seu único intento apossarem-se dos terrenos para vendê-los,

segundo-se daqui grave prejuízo do público, não só pela falta de aumento dessa povoação mas também porque aquelas pessoas que podem e necessitam levantar casas para sua acomodação são precisadas a comprarem os chãos que se acham em poder de certos foreiros que não cuidam nem têm possibilidade para tal edificação, valendo-se, para não os largarem, do fútil pretexto de que pagam os foros (...) não é do intento da nossa administração só atender para a utilidade que se recebe das tais pensões, mas também que esta Cidade se dilate em edificios para grandeza da mesma, tanto recomendada pelo Real agrado, e ordens de Sua Majestade.⁷⁵

O Senado decidia que, daí em diante, os foreiros teriam um prazo de dois meses para erguer suas casas, ficando proibida a venda de terrenos não construídos. E porque “alguns foreiros apenas levantam as frontarias das casas, e fazem qualquer outra pequena obra dispensando nesta pouco custo para assim venderem os chãos”, ficava determinado que somente seria autorizado o comércio de “casas inteiramente feitas e levantadas”.

No mesmo edital, os camaristas procuravam garantir o cumprimento da exigência régia relativa à forma de implantação das casas sobre os lotes; no entanto, dadas as dificuldades de se impor sobre a população, eles tiveram que se mostrar maleáveis, propondo soluções alternativas – e bastante criativas – para os espaços já construídos fora das normas, a fim de manter no interior do núcleo urbano uma certa continuidade no arruamento e no ritmo de cheios e vazados das “frontarias” das casas:

Mandamos, conforme ordem de Sua Majestade, que para maior formosura das ruas, todas as casas que se fizerem nesta cidade para dentro das três pontes públicas não terão paredes de quintais correspondentes às ruas e travessas, e quando pela sua situação não possam deixar de as ter, as mesmas se fabricarão de sorte ornadas de janelas, portas e beiradas, que pareçam frontarias de casas, pena de se demolirem à custa dos senhores das mesmas, e de ser obrigados da Cadeia a edificá-las da forma do sobredito, e isto mesmo se observara no termo de dois meses a respeito de todas as mais casas que se acham já feitas com a sobredita desordem, sitas no mesmo distrito, debaixo da cominação das referidas penas (...).⁷⁶

É interessante notar que este edital só dizia respeito a uma parte restrita da cidade, delimitada pelo ribeirão do Carmo e pelos córregos do Catete e do Seminário. Após a realização do tombo do rossio e das medições dos terrenos pelo ouvidor Costa Matoso, os oficiais tentaram impor regras de alinhamento também aos habitantes dos arrabaldes e das “estradas públicas” que os ligam à parte central da cidade.⁷⁷ Aparentemente, os marcos da sesmaria da câmara assinalavam não apenas o perímetro do rossio, mas também os limites da autoridade municipal em matéria de urbanismo:

Fazemos saber a todos os moradores da Cidade e seus Arrabaldes que têm casas dentro da sesmaria do Senado, que não metam esteios na frontaria de suas casas, nem abram janelas, e portas, nem ainda nas paredes dos quintais façam obra alguma, sem estar presente o Escrivão deste Senado e o arruador, com pena de serem presos e pagarem a condenação que lhe arbitramos, e na mesma pena incorrerão os oficiais de carpinteiro e pedreiro que fizerem as ditas obras sem estarem presentes o Escrivão e o arruador (...).⁷⁸

No entanto, a desobediência dos moradores (atestada pela repetição dos editais ao longo dos anos) e o relevo do sítio – que, apesar de bem menos acidentado que o de Vila Rica, possui trechos bastante inclinados – fizeram com que a almejada continuidade das fachadas ocorresse em raros trechos da cidade. O exemplo mais significativo é o da Rua Direita: além de se tratar de uma via bastante plana, em 1753 ela foi objeto de um acórdão específico da câmara, determinando que as edificações situadas

do lado esquerdo da rua (do lado da catedral) se fizessem “de maior nobreza”.⁷⁹ De fato, nota-se que, deste lado, todas as casas são assobradadas, com as linhas de beirais, sacadas e vergas de portas e janelas colocadas à mesma altura.

Os historiadores locais que mencionam o projeto de reforma de Mariana afirmam, de modo unânime, que ele teria sido coordenado pelo engenheiro militar José Fernandes Pinto Alpoim. Se nenhum dos documentos consultados (incluindo as plantas urbanas) menciona seu nome, é verdade que algumas fontes (como os documentos relativos ao palácio dos governadores de Vila Rica) comprovam a presença de Alpoim em Minas durante a década de 1740. É, portanto, provável que ele tenha participado, de alguma forma, na concepção da parte nova da cidade: nota-se, aliás, que a organização do traçado, constituído de ruas principais e vias secundárias (travessas), lembra os modelos de cidade executados pelos engenheiros militares portugueses em outras regiões da colônia.

Porém, mesmo admitindo-se a participação de Alpoim neste processo, a análise das fontes nos leva a pensar que o peso de sua intervenção deve ser relativizado. A regularidade do espaço de Mariana deve ser considerada principalmente como o resultado do trabalho contínuo dos oficiais da câmara: através de regulamentos, controles e sanções, eles se esforçaram para que a forma urbana da cidade se aproximasse, tanto quanto possível, das imagens ideais contidas nas cartas régias.

OBRAS PÚBLICAS: CANALIZAÇÕES, CHAFARIZES E CALÇAMENTO

Em 1774, os oficiais de São João del-Rei relatavam à Coroa suas dificuldades para financiar as obras públicas:

São tão limitadas as rendas deste concelho, que em nenhum ano chegaram a nove mil cruzados, tendo ao seu cargo a construção e frequentes reparos de seis pontes de madeira (...) e as calçadas desta populosa vila (...) e disto procede que jamais houve cabedal em que as ditas pontes se pudessem fabricar de pedra, nem se fizesse a cadeia, os chafarizes e outras obras públicas necessárias à formosura da vila, e ao cômodo dos habitantes.⁸⁰

O processo de implantação dos equipamentos e serviços públicos nas vilas mineiras apresenta peculiaridades ligadas aos contextos sociais e econômicos locais, que merecem ser analisados. De fato, a atividade mineradora criou situações específicas não só no que diz respeito à estrutura fundiária – como já vimos –, mas também no que se refere às modalidades de utilização dos recursos hídricos. Como muitos “serviços de minerar” situavam-se no interior das povoações, eles constituíram um entrave à implementação de infraestruturas e à conservação dos espaços públicos.

Nas páginas seguintes, abordaremos o processo de constituição das chamadas “redes técnicas urbanas”, as quais, em se tratando das vilas mineiras setecentistas, resumem-se a dois itens: a rede viária e o sistema de abastecimento de água.⁸¹ Estas duas redes podem ser associadas em diversos níveis. Por um lado, sua implementação e conservação consumiam boa parte do orçamento das câmaras e, em certos casos, seus modos de financiamento eram similares. Por outro lado, deve-se lembrar que, como foi visto na segunda parte deste livro, as ruas calçadas, as pontes de pedra, assim como os chafarizes públicos, eram considerados como signos de prosperidade e prestígio urbano. A pavimentação das vias tinha uma importância particular, pois conferia um caráter “civilizado” às povoações e contribuía para a delimitação do espaço urbano, distinguindo-o das zonas rurais circunvizinhas. Assim, ao analisar os processos de implementação e de gestão destas infraestruturas, poderemos compreender melhor o processo de gênese dos próprios núcleos urbanos, na sua materialidade.

As especificidades destes dois tipos de “redes técnicas” nas vilas mineiras podem ser identificadas através do estudo dos diversos conflitos nascidos da divergência entre interesses privados e o “bem comum da república”, pelo qual as câmaras deviam zelar.

O “BEM COMUM” E OS USOS PRIVADOS DA ÁGUA

O belo chafariz de São José (também chamado “chafariz dos Contos”), em Vila Rica, apresenta a seguinte inscrição: “1760. Is quae potatum cole gens pleno ore senatum securit ut sitis nam facit ille sitis”,⁸² que poderia ser traduzida por: “Vós que estais sedentos e bebed desta água, louvai a Câmara, pois é ela quem mata vossa sede.”⁸³ (Figura 11.4)

Com efeito, nas vilas e cidades da América portuguesa, a construção e manutenção dos chafarizes era uma atribuição do poder local. Como já comentamos, tais despesas pesavam bastante nos cofres das municipalidades, pois a metrópole raramente contribuíra para as obras públicas.⁸⁴ Todavia, se a Coroa não concedia auxílios financeiros às câmaras, ela era às vezes obrigada a se imiscuir nos assuntos municipais, arbitrando conflitos entre os oficiais e certos moradores que reivindicavam a posse de terrenos e de olhos-d'água, e entravavam as obras de canalizações e chafarizes. Ao contrário do que ocorreu em outras cidades das épocas moderna e contemporânea, os principais problemas encontrados pelas câmaras das vilas mineiras não eram ligados à insuficiência dos recursos hídricos locais – como se sabe, o território mineiro é bastante irrigado –, mas à concentração das nascentes em mãos de particulares.⁸⁵

Cabe aqui lembrar a importância da água nas técnicas rudimentares de mineração que eram então empregadas. Para conseguir desagregar as camadas de terreno que cobriam os depósitos auríferos, necessitava-se de um volume considerável de água, que era desviada dos leitos dos rios, ou trazida de nascentes distantes até as lavras, por meio de canais e pequenos aquedutos chamados “bicames”.⁸⁶ O direito de utilização das nascentes era concedido pela mesma instituição que geria a distribuição das datas – a “Guardamoria das terras e das águas minerais” –, e tais concessões foram objeto de um comércio intenso e de muitos litígios nas Minas. Vejamos alguns exemplos.

Em uma carta datada do mês de setembro de 1745, os oficiais da câmara de Mariana solicitavam o apoio da Coroa em uma disputa que travavam com um importante senhor de lavras, chamado Antônio Botelho, pelo direito de utilização de uma nascente. Os oficiais desejavam construir um chafariz público e, segundo eles, “não há outra água tão boa e tão fácil como uma que vem da Serra do Itacolomi, a qual tem por carta de data Antônio Botelho, morador nesta mesma cidade (...)”.⁸⁷ De posse da concessão atribuída pela Guardamoria, o mineiro, “pela sua utilidade particular, intentava prejudicar o bem público”.⁸⁸ Os oficiais pediam ao rei que o proibisse de continuar seus trabalhos, não apenas porque este se recusava a compartilhar a água com a comunidade, mas também porque os “cercos” e outras obras que realizara eram a principal causa das cheias periódicas do ribeirão do Carmo.⁸⁹

Conforme já indicamos, a jurisdição dos superintendentes e dos guardas-mores estava ao abrigo da interferência de outras esferas de poder, incluindo a dos governadores da colônia e, consequentemente, a intervenção da metrópole era essencial para a resolução do conflito.⁹⁰

Em 1716, o “palácio” de Vila Rica, no qual residia o governador da capitania, já dispunha de água canalizada, graças aos recursos da câmara e a uma participação excepcional da Fazenda Real.⁹¹ Nesta época, os camaristas já tinham planos de instalar chafarizes nos espaços públicos da vila: em 1715 eles haviam decidido pôr “em pregão na praça desta vila a obra da água que se quer trazer à praça dela”.⁹² No entanto, a população teve que esperar muitos anos para desfrutar deste conforto. Em 1732, os oficiais ordenavam novamente que o porteiro da câmara trouxesse em praça “os consertos das calçadas e uma fonte na praça desta vila com seis bicas de água para o povo desta vila por se carecer muito dela”.⁹³

Tudo indica que a criação do sistema de adução d’água em Vila Rica tenha sido adiada em função de um problema semelhante ao que ocorrera em Mariana, ou seja, devido ao caráter privado das nascentes vizinhas à povoação. Para poder utilizar tais fontes, era necessário convencer os proprietários e com eles negociar, às vezes durante vários anos.

Em 1738, as “pessoas principais da governança” de Vila Rica examinavam a possibilidade de comprar uma fonte de água pertencente a Alexandre Pinto Miranda, a fim de conduzi-la até a praça. As atas de vereações revelam que a fonte tinha sido, até então, utilizada para a extração aurífera:

Senhores do Senado, diz Alexandre Pinto de Miranda, morador nesta vila, que dando uma mina na vertente do Ouro Podre, na qual passou-se o tempo de quatro anos e três meses efetivos com seus escravos e pela muita dureza de cristais e lajes [e] mortes de escravos não a pode seguir, e como dela descobrissem dois anéis de água que se dispunha de uns cristais e esta é capaz de vir à Praça desta vila, e nela se pode fazer uma fonte majestosa com seu tanque aonde possam beber cavalarias e deste tanque se pode encaminhar para o quintal do hospital, para que nele se possa fazer tanque aonde [se] lave a roupa dos enfermos (...).⁹⁴

Neste exemplo, a questão parecia simples: o proprietário concordava em vender a nascente, pois não necessitava mais dela para suas minas. Caso diferente ocorreu alguns anos mais tarde, quando se pensou em construir uma fonte no bairro do Padre Faria: em 1745, os habitantes apresentavam uma petição,⁹⁵ visando impedir a venda de uma nascente, situada em propriedade privada, que abastecia o novo chafariz público, construído em 1742.⁹⁶ Não foi possível encontrar mais detalhes sobre esta contenda, mas é provável que o pretendente à compra da fonte fosse outro minerador, que desejava desviar a água e conduzi-la até suas lavras.

Note-se que a maior parte dos chafarizes das vilas mineiras data da segunda metade do século XVIII. Tal fato deve, certamente, ser associado ao esgotamento das jazidas situadas no interior e nas proximidades das povoações: uma vez encerradas as lavras de ouro, os córregos e canais artificiais que atravessavam os espaços urbanos puderam, enfim, ser utilizados em proveito do “bem comum” (Figura 11.5).

Todavia, o fim da mineração em zonas urbanas (ou seja, na parte mais densamente ocupada das vilas e arraiais) ou periurbanas (os arrabaldes) não resolveu todos os problemas. Outros tipos de conflito, ligados ao uso das águas e dos espaços públicos, surgiram nas vilas mineradoras, pois não era fácil, para as câmaras, conciliar os usos privado e público das águas captadas para a alimentação dos chafarizes. É o que sugere a segunda parte do documento já citado, referente à compra da fonte de Alexandre Pinto Miranda, em Vila Rica:

(...) e sendo metida a dita água na Praça, não carece de mais conserto e despesas algumas pela segurança da parte donde nasce e das terras por donde passa o que se tem experimentado na que vem ao Palácio que do ano de mil setecentos e dezesseis desta parte tem este Senado gasto e a Fazenda Real mais de meia arroba de ouro, e não tem água segura, e menos as fontes que de presente se fizeram que nenhuma está segura pelas muitas bicas e parte por donde passa, o que se não acha na que o suplicante possui e quer vender.⁹⁷

Apesar das proibições da câmara, em Mariana também existiram as tais “bicas” ou “registros”, ou seja, desvios clandestinos nas canalizações, realizados por particulares que possuíam casas

dentro da sesmaria da câmara.⁹⁸ Estes desvios faziam com que o volume e a vazão de água nas fontes públicas fossem diminuídos e, também, podiam afetar sua qualidade. Não por acaso, as câmaras de ambas as vilas recomendavam aos pedreiros encarregados da execução destas obras que cobrissem os canos, de forma a “impedir a entrada de impurezas”,⁹⁹ ao mesmo tempo em que incitavam os habitantes a consertarem as canalizações que atravessavam suas propriedades.¹⁰⁰

Outro ponto comum entre as duas vilas refere-se ao fato de que certos habitantes, ao invés de fazerem “registros” clandestinos, conseguiam obter autorizações para desviar uma parte das águas, a fim de abastecer suas casas.¹⁰¹ Contudo, alguns não respeitavam os termos dos contratos firmados com as câmaras e apropriavam-se de um volume de água bem maior do que o que lhe fora concedido. É o que sugere um edital publicado em 1803 em Mariana:

Fazemos saber a todos os moradores desta cidade, que sendo-nos representado pelas repetidas queixas do Público que os chafarizes e fontes públicas desta cidade não lançam águas suficientes em razão de serem estas divertidas do respectivo aqueduto pelos particulares, e conduzidas às suas casas, mandamos que todas aquelas pessoas que tiverem títulos pelos quais lhe fossem concedidas águas apresentem ao escrivão da câmara para à vista deles se fazerem aprovar concedendo-lhes somente a porção permitida debaixo da pena de que, não apresentando os ditos títulos no termo de quinze dias, lhes serem fechados os registros, ou pias, como usurpadores das mesmas águas.¹⁰²

Os moradores mais felizardos eram, evidentemente, aqueles cujos terrenos dispunham de olhos-d’água, que eles canalizavam para seu uso pessoal. Nestes lares privilegiados, a água, muitas vezes, saía de bicas, colocadas preferencialmente perto da cozinha, ou jorrava em tanques de pedra, “monolíticos na maioria, alguns compostos de chafarizes, com frontispício ‘feito a modo de capela’, com suas competentes carrancas”.¹⁰³ Os que não dispunham de tais luxos provavelmente recorriam aos “aguadeiros” (vendedores de água),¹⁰⁴ ou enviavam seus próprios escravos para recolhê-la diretamente dos chafarizes públicos, para depois armazená-la em barris e reservatórios caseiros.¹⁰⁵

Algumas tarefas domésticas que exigiam uma grande quantidade de água, como a lavagem de roupas, eram realizadas nos próprios chafarizes – prática que as câmaras mineiras tentaram combater por diversas razões. Um edital publicado na cidade de Mariana em 1793, e repetido em 1803, fundamenta-se em questões de higiene:

Fazemos saber a todos os moradores da Cidade, que sendo-nos representado e constante terem a ousadia de lavarem e mandarem lavar roupas, e outras coisas imundas nos chafarizes e fontes públicas dessa cidade, causando com isso prejuízo ao público, não só por ficarem muitas pessoas receosas de mandarem buscar água nos ditos chafarizes pela dita causa, como pela ruína e destruição que causam aos mesmos chafarizes e fontes públicas dessa cidade, mandamos que daqui em diante possa pessoa [de] nenhuma qualidade que seja, ou condição, possa, ou mande lavar roupas, e outras quaisquer coisas nos ditos chafarizes e fontes públicas desta cidade, pena que, sendo forros pagarem da cadeia 6 000 réis para as despesas do Concelho, e sendo escravos serem estes recolhidos à cadeia donde não sairão sem que seus senhores paguem a dita quantia de 6 000 réis. E qualquer pessoa que achar alguma outra pessoa a lavar roupa, ou qualquer outra coisa nos ditos chafarizes a testemunhará com três testemunhas, não sendo estas cativas, e as apresentará ao Procurador atual deste Senado (...).¹⁰⁶

Em 1768, a câmara de São João del-Rei havia publicado um documento similar, especificando as “qualidades” ou as categorias de habitantes visados pela medida. O edital proibia a lavagem de roupas no chafariz “do campo da fonte” (Largo de São Francisco), e também estabelecia diferentes penas para os contraventores: os forros seriam encarcerados durante oito dias e pagariam duas oitavas de ouro (aproximadamente sete gramas); os escravos seriam açoitados no pelourinho e seus donos pagariam a mesma soma em ouro.¹⁰⁷

Vinte anos mais tarde, o sargento Luís Antônio da Silva obtinha autorização da câmara para mudar a localização deste chafariz, situado nos fundos das “suas casas”. Os argumentos apresentados pela câmara para justificar tal decisão apoiam-se no mau estado de conservação da fonte, e também no “pouco asseio” que resultava de um costume dos escravos, de ali buscar água “a pé molhado”. O sargento se comprometia a reconstruí-la em outro lugar, arcando com todas as despesas e “obrigando-se a

realizá-la com toda a segurança e seguindo o mesmo risco”, desde que a câmara lhe concedesse os “baldios” contíguos ao seu quintal (provavelmente os mesmos chãos que estavam ocupados pelo chafariz).¹⁰⁸

Como ocorria em outras regiões do mundo português, nas cidades da colônia os chafarizes públicos eram pontos de encontro da população de cor e, especialmente, dos escravos, que ali buscavam água para seus senhores ou para ser vendida pelas ruas, ou ainda para seu próprio uso (Figura 11.6). A propósito, convém lembrar que, especialmente nas Minas Gerais, qualquer que fosse o local onde se realizassem tais encontros, eles eram vistos com apreensão pelas elites coloniais, que viviam no temor de rebeliões negras. Assim, segundo o edital da câmara de São João del-Rei, citado anteriormente, os negros que fossem surpreendidos no referido chafariz “jogando qualquer espécie de jogo” deveriam ser açoitados.¹⁰⁹

Outro caso que concerne às questões sociais e políticas ligadas ao uso da água refere-se à cidade de Mariana, além de demonstrar a existência de medidas que privilegiavam as classes mais abastadas. Segundo Salomão de Vasconcellos, um dos primeiros chafarizes construídos pela câmara foi transferido do seu lugar de origem (o Largo da Quitanda, perto da ladeira de São Gonçalo) na época em que esta parte mais antiga da povoação foi abandonada pelas elites e ocupada pela população pobre. Após a construção da extensão urbana da cidade episcopal, o chafariz foi reinstalado na Praça do Rossio (atrás da catedral), em torno da qual se ergueram sobrados de importantes famílias de Mariana.¹¹⁰

Observa-se, portanto, que os princípios do “bem comum” e do uso público das águas, sobre os quais a câmara deveria zelar, não abrangiam todas as categorias da população. De um lado, havia os que ocupavam posições honoríficas e prestigiosas (como os sargentos e capitães de milícia), que podiam influenciar na construção ou transferência de chafarizes; havia também os que conseguiam obter concessões municipais (e pagar as respectivas taxas) para desviar uma parte das águas públicas, a fim de abastecer suas casas. Do outro lado, estavam os pobres e, especialmente, os homens e mulheres de cor, que eram constantemente vigiados e limitados em termos dos usos que podiam fazer dos chafarizes e dos espaços públicos em que estes se situavam.

AS VIAS PÚBLICAS: USOS CONFLITUOSOS E QUESTÕES FINANCEIRAS

Todos os anos, os oficiais das câmaras de Mariana e de Vila Rica eram obrigados a utilizar uma parte considerável das receitas municipais para a reparação das vias públicas.

Os estragos se deviam a duas razões principais. Por um lado, as condições topográficas dos sítios urbanos da zona mineradora (especialmente o de Vila Rica) não favoreciam a conservação das vias: nos períodos de chuva, os ribeirões transbordavam e as enxurradas corriam a toda velocidade pelas ruas enladeiradas, destruindo o calçamento.¹¹¹ (Figura 11.7)

Por outro lado, a própria população danificava as vias, sobretudo os habitantes que se dedicavam à extração do ouro. Os estragos eram ainda maiores quando os mineiros eram ricos o suficiente para utilizar técnicas hidráulicas como os canais e bicames. Na planta do pequeno arraial de São Caetano, de 1732 (mencionada no capítulo anterior, cf. Figura 10.2, Capítulo 10), vê-se uma representação deste tipo de serviço de minerar, que se tornou comum nas Minas Gerais a partir da década de 1720. Nota-se que as lavras situavam-se bem perto das habitações, sendo fácil imaginar os estragos que tais obras infligiam aos núcleos urbanos maiores e mais densamente povoados.

Tempos depois, e não longe de São Caetano, esta proximidade entre as lavras e as casas provocou diversos conflitos entre a câmara e os mineradores. Já evocamos anteriormente o litígio com outro senhor de minas, Antônio Botelho, que em 1745 se opunha à utilização pública das águas de sua nascente, situada na serra do Itacolomi. Em 1746, iniciava-se em Mariana uma outra disputa com um poderoso proprietário de datas minerais, o capitão Manuel Cardoso Cruz, que se recusava a aceitar que suas terras, situadas no Morro de São Gonçalo, estivessem incluídas na sesmaria da câmara. Afirmava, ao contrário, que além do quinto, ele não deveria pagar nenhuma taxa por estas terras, e recorria à autoridade da Guardamoria, que lhe havia atribuído os terrenos muitos anos antes da instituição efetiva do rossio.¹¹²

Em novembro de 1749, a câmara solicitava novamente a Gomes Freire a interdição das lavras deste mineiro, tendo em vista os prejuízos por elas causados, não apenas a particulares, mas a toda a comunidade. Segundo os oficiais, os canais e os valos

que ele havia construído provocavam grandes desmoronamentos, destruindo o calçamento das ruas e arruinando casas que pagavam foros à câmara, sem falar dos riscos que corriam os moradores.¹¹³ Após a intervenção do rei de Portugal (solicitada pelo governador), o capitão obteve um prazo de dois anos para esgotar seus filões; ao findar destes, a Guardamoria perderia a jurisdição sobre aquelas terras, que passariam a ser administradas pela câmara.¹¹⁴

Os faiscadores – mineradores pobres, quase sempre negros forros – também eram acusados de prejudicar o “bem comum”. Tendo raramente acesso às concessões de datas auríferas (pois elas só eram atribuídas aos proprietários de escravos), estes homens garimpavam nos leitos e tabuleiros de rios já explorados, em busca de eventuais resíduos de ouro. Na década de 1730, a câmara de Mariana publicou vários editais proibindo as tais “fisqueiras”, pois elas represavam e sujavam a água destinada aos usos domésticos e podiam danificar as pontes.¹¹⁵

Além disso, os mineiros pobres também tinham o costume de procurar as “faíscas” em terra firme – cavando com “instrumentos de ferro e pau” – e, por isso, eram acusados de deteriorar o pavimento das ruas, como mostra um edital de 1748.¹¹⁶ Isto acarretava despesas “excessivas” para as limitadas receitas das câmaras e, por esta razão, as sanções previstas eram bastante rigorosas: se o contraventor fosse um homem branco, incorria à pena de trinta dias de prisão e a uma multa de vinte oitavas de ouro; caso fosse um negro, também ia preso, após ter recebido de cinquenta a duzentos açoites, acorrentado ao pelourinho.¹¹⁷

De maneira geral, os mineradores eram considerados, portanto, grandes destruidores do espaço urbano. Todavia, eles não eram os únicos; outras atividades exercidas pelos habitantes, aparentemente inofensivas, podiam pôr a perder as obras públicas feitas pela câmara. É o que sugere o edital publicado em junho de 1758 em Mariana:

Fazemos saber a todos os moradores desta cidade, principalmente os das ruas de São João, e São José, e suas travessas, que costumam tirar águas do rego que atravessa o pasto da olaria para regarem suas hortas, o façam sem que os remanescentes vertam para as ruas e travessas, pelo prejuízo que causam às ditas ruas (...).¹¹⁸

De fato, nas povoações mineiras, as águas servidas podiam escorrer “em regos para os fundos dos quintais”, ou serem lançadas diretamente nas sarjetas das ruas, dependendo da implantação das casas nos terrenos.¹¹⁹ Havia, portanto, uma relação estreita entre estas “redes técnicas”: o sistema de condução das águas potáveis (e de evacuação das servidas) podia afetar a pavimentação das vias públicas. Compreende-se, assim, o sentido de muitos editais publicados pela câmara de Vila Rica, como aquele exigindo que se fizesse “um cano em que levem as águas do córrego sem prejuízo da rua ou de terceiros”; ou este outro, que determinava a construção de “um valo de porta de José de Miranda em volta e [que] dê saída às águas junto a Matheus Gonçalves”; ou ainda aqueles que exigiam que os moradores encanassem “as águas que saem de seus quintais e de dentro de suas casas” e evitassem “as águas sujas que saem pelo beco”.¹²⁰

Outros tipos de atividade também podiam danificar as vias públicas. Nos livros da câmara de Mariana, encontram-se, por exemplo, vários editais proibindo os habitantes de deixarem seus porcos soltos pela cidade, “pelo prejuízo que causam nas casas e edifícios”, assim como “nas calçadas e outras obras públicas, em prejuízo do Senado”.¹²¹

Contudo, ao que parece, os danos maiores eram causados pelos “carreiros” que atravessavam as povoações com suas carroças pesadíssimas, conduzindo “madeiras e pedras pelo interior das ruas para obras de particulares”. Segundo os oficiais de Vila Rica, a circulação destes carros não tinha nenhuma “utilidade pública”, servindo só a interesses privados – uma vez que os mantimentos entravam na vila “em tropas, pelo montuoso do país”. Os carreiros deveriam, portanto, serem taxados, para que a câmara pudesse pagar a reparação do calçamento.¹²²

No século XVIII, a utilização deste recurso para financiar obras públicas era corrente na metrópole e nas grandes cidades coloniais, como o Rio de Janeiro, e ocorria também em certas localidades de Minas.¹²³ Em Mariana, o sistema já era aplicado em 1735. Naquele ano, os oficiais da câmara publicavam um edital proibindo a circulação de “carros e carretões (...) pelas ditas ruas e calçadas sem primeiro pedirem licença ao Senado”, a fim de que este pudesse “arbitrar” um valor justo a ser pago pelos carreiros para a reparação dos danos causados.¹²⁴ Nas Posturas de 1756, a câmara fixava os valores a serem pagos mensalmente: 12 vinténs

de ouro (aproximadamente 1,34 gramas) por “carro ou carretão”.¹²⁵ O negócio parece ter sido lucrativo: três anos depois, os oficiais de Vila Rica também solicitavam a autorização do rei para exigir uma compensação dos carreiros: estes poderiam contribuir com “ao menos alguma pedra das que tiram”, ou pagar uma taxa, ao arbítrio da câmara, a ser estabelecida “pelo número dos carros de cada um”.¹²⁶

De fato, a imposição das “fintas” – taxas destinadas a cobrir despesas municipais extraordinárias, como as obras públicas – dependia de uma autorização prévia do rei de Portugal. Esta não era facilmente concedida, pois o aumento das receitas concelhias poderia conferir certa independência às câmaras coloniais face à metrópole¹²⁷ – independência que seria, inicialmente, de ordem financeira, mas que poderia incitar um desejo de emancipação política.

Assim, as fintas eram autorizadas principalmente quando convinha aos interesses régios. Ou seja, quando isto permitia à Fazenda Real se livrar de encargos que normalmente lhe incumbiam – como a construção de quartéis para as tropas dos Dragões, de palácios para governadores e bispos, de igrejas matrizes –, ou então quando estavam em jogo altos interesses da Coroa, como a exploração aurífera.

Foi o que ocorreu em Vila Rica, em 1712. A câmara acabava de ser instituída, e ainda não dispunha de rendimentos para reconstruir as estradas, que estavam bastante danificadas.¹²⁸ Isto tornava difícil o abastecimento da vila e poderia acarretar o abandono das minas – como ocorrera durante os primeiros anos de exploração da região mineradora, conforme relatado por Antonil. A Coroa, então, não teve outro recurso senão autorizar a cobrança da finta. Naquele momento, não era do seu interesse solicitar, como ela faria com frequência em épocas posteriores, as “provas de fidelidade” – ou seja, contribuições financeiras dos moradores que, na esperança de obter “honras e privilégios”, aceitavam dispor dos seus recursos e dos seus escravos para a execução de diversas obras. No caso específico de Vila Rica, recorrer a esta forma de financiamento não era interessante para a Coroa, pois isto significaria retirar a força motriz dos escravos das minas para transferi-la para o espaço urbano – o que acarretaria, sem dúvida, uma diminuição da produção aurífera.

É possível identificar outros modos de financiamento de obras públicas quando nos interessamos pelas vilas menores – aquelas cujas receitas municipais jamais foram expressivas.¹²⁹ Em Pitangui, a câmara não tentou impor fintas para financiar o calçamento das ruas ou a construção de pontes, e nem mesmo para compensar as despesas referentes à reparação dos danos provocados pelos mineradores nos espaços urbanos. No livro de registro das propriedades foreiras, descobre-se que alguns habitantes realizaram por conta própria – ou seja, com seu material e com seus escravos – diversos tipos de obras públicas, em troca da isenção do pagamento do foro anual.

Os exemplos são muitos. Segundo o “Livro de Tombo” de Pitangui, o poderoso Capitão Alexandre Dias Maciel, dono de diversas datas de ouro, águas e propriedades na vila, obteve a dispensa do foro referente a diversas casas por ter tapado um buraco no “Largo da Lavagem”, e aterrado uma rua lamacenta que conduzia à igreja matriz.¹³⁰ Em 1754, Manuel Mendes da Silva havia sido isentado das mesmas taxas, após ter se comprometido a tapar um “rasgão” aberto no solo para a extração aurífera, a construir “um caminho franco para passarem os viandantes seguros de perigo, e a conservar o caminho todo o tempo nesta forma”.¹³¹ Vinte anos depois, o mesmo morador obteve a isenção dos foros de outras de suas propriedades, em troca da reparação e da manutenção regular de uma ponte de madeira.¹³² Vemos, portanto, que em Pitangui a extração aurífera, realizada dentro ou nas periferias do núcleo urbano, prolongou-se pela segunda metade do século e provocou diversos estragos nos espaços públicos.

Mencionamos anteriormente o exemplo de uma localidade muito maior e mais rica, que recorreu a um método similar para financiar uma obra pública: em 1788, um chafariz de São João del-Rei foi consertado e reconstruído em outro terreno por um particular (o sargento Luís Antônio da Silva), em troca da concessão dos chãos ocupados pelo equipamento urbano.¹³³ Mas, ao contrário do ocorrido em Pitangui, neste caso a concessão dos chãos não foi feita gratuitamente: desejando aumentar sua propriedade, o habitante prometeu reconstruir o chafariz em outro lugar, sem que isto o dispensasse do pagamento dos foros das terras anexadas por ele.

Isto nos leva a supor que, em uma pequena vila como Pitangui, os terrenos não tinham muito valor e, portanto, os recursos advindos do pagamento dos foros eram bem menos consideráveis do que o preço das obras que os foreiros se comprometiam a realizar, aliviando a câmara de grandes despesas. É preciso, porém, levar em conta outro aspecto da questão. Se este tipo de troca parece ter sido tão correntemente utilizado pelas câmaras, foi certamente porque, para além das vantagens financeiras, tal sistema facilitava bastante o trabalho dos oficiais. De fato, ao agir desta maneira, eles se livravam de procedimentos regulamentares em se tratando de obras públicas – como as arrematações junto aos pedreiros, carpinteiros etc. –, que faziam parte de suas obrigações.

O estudo das infraestruturas e do espaço urbano em geral revela, pois, dois pontos fracos das administrações municipais das Minas setecentistas. Nota-se, em primeiro lugar, uma fragilidade de ordem política: as disputas por terras e pelas nascentes, ocorridas entre os oficiais e os mineradores, demonstram a impotência das câmaras diante da Guardamoria; nestes casos, elas eram obrigadas a recorrer à metrópole para solucionar a questão. Em segundo lugar, uma fragilidade econômica: se, por um lado, os oficiais buscavam combater práticas individuais que trouxessem prejuízo ao bem comum, por outro, devido à insuficiência das suas rendas (e à dificuldade em obter ajuda financeira da Coroa), as câmaras eram obrigadas a fazer concessões.

Na realidade, as municipalidades dependiam fortemente da colaboração dos moradores mais ricos – que, por vezes, incluíam os próprios camaristas – para a execução das obras públicas, visto que apenas eles detinham os elementos essenciais à manutenção dos espaços urbanos e à construção dos equipamentos: o usufruto da propriedade fundiária, das nascentes de água e da mão de obra escrava.

EVOLUÇÃO DAS REPRESENTAÇÕES DAS PAISAGENS URBANAS

Uma vez identificados os processos e conflitos ligados à constituição física dos espaços urbanos, cabe agora investigar sobre o modo como estes últimos foram apreendidos pelos contemporâneos. Teriam tais espaços sido percebidos apenas como

elementos “reais”, objetivos e funcionais? Ou também eram-lhes atribuídos valores subjetivos, simbólicos? Será que estes espaços foram julgados de um ponto de vista estético pelos homens dos séculos XVIII e XIX? Em suma, poder-se-ia afirmar que os contemporâneos viam as vilas e arraiais mineiros como *paisagens*?

No tocante ao século XVIII, o leque de fontes históricas capazes de fornecer pistas para tais questões é bastante reduzido. As plantas ou vistas urbanas deste período são raríssimas. Quanto aos testemunhos escritos, excetuando-se situações específicas, como os conflitos territoriais, ou as disputas por títulos e funções (anteriormente estudados), as elites de Minas Gerais raramente se exprimiram a respeito da materialidade das vilas e arraiais em que viviam. Lembre-se, por fim, a inexistência de relatos de viagens circunstanciados neste período, visto que os portugueses se aventuraram na América movidos, sobretudo, por interesses imediatos, de ordem prática, tendo sido muito raros os que ali efetuaram “viagens filosóficas”; quanto aos estrangeiros, como se sabe, por razões de segurança, eles não eram autorizados a penetrar na capitania de Minas Gerais durante o século XVIII.¹³⁴

Em contrapartida, no que toca às duas últimas décadas do século XVIII e ao início do XIX, dispomos de uma série documental bastante rica. Trata-se das “memórias”, “descrições geográficas” e “instruções” redigidas por funcionários metropolitanos ou por eruditos locais. Estes textos, que já mobilizamos nos capítulos precedentes, foram úteis a esta investigação específica pelo fato de seus autores terem procurado inventariar e descrever as povoações mineiras – embora de modo sumário e interessando-se quase que exclusivamente pelas sedes de concelho. De fato, tais documentos abordam essencialmente as vilas e a cidade de Mariana, o que representa um número bastante reduzido de localidades, quando se tem em mente a extensão e a importância da rede urbana de Minas.

Optamos por explorar três exemplos desta “memorialística mineira”. O primeiro, *Instrução para o governo da capitania de Minas Gerais*,¹³⁵ data de 1780 e foi redigido por José João Teixeira Coelho, desembargador da cidade do Porto, que exercera as funções de “Intendente do Ouro” na capitania alguns anos antes. O segundo, *Geografia histórica da capitania de Minas Gerais*,¹³⁶ do militar e cartógrafo José Joaquim da Rocha, é da mesma época.

O terceiro, *Breve descripção geographica, physica e politica da capitania de Minas Geraes*,¹³⁷ obra do jurista e homem de letras Diogo Pereira Ribeiro de Vasconcellos, foi escrito em 1806.

Todos eram portugueses de nascimento, mas a finalidade e a duração de suas estadias na América foram distintas. O tipo e o nível dos conhecimentos sobre o território de Minas Gerais, identificáveis em cada obra, também são variáveis e estão estreitamente associados à formação e à profissão de cada autor. Da mesma forma, o fato de que cada um deles tenha estabelecido diferentes tipos de ligação com a capitania de Minas repercuta na forma e no teor das descrições.

O intendente Teixeira Coelho foi o que passou menos tempo em Minas Gerais – apenas onze anos –, e não parece ter criado ali relações duráveis; pelo contrário, seu desprezo pelas elites locais é evidente.¹³⁸ Segundo informações fornecidas pelo próprio autor, pode-se deduzir que as viagens que fez pela capitania limitaram-se às “terras principais” de Minas, ou seja, às principais vilas e às regiões auríferas. Em contrapartida, o cartógrafo José Joaquim da Rocha percorreu todo o território mineiro, pois fora encarregado pelo governador de confeccionar mapas detalhados da capitania. Tendo chegado a Minas Gerais em 1763, aos vinte e três anos, ali viveu até a sua morte, em 1804, e esteve próximo de personagens importantes da política local.¹³⁹ Mas foi, sem dúvida, Diogo Pereira Ribeiro de Vasconcellos o que mais se enraizou na capitania. Aos nove anos, ele deixava o Porto, sua cidade natal, e partia para Minas em companhia do seu avô, que pretendia ali se estabelecer como proprietário de minas de ouro. Após concluir seus primeiros estudos no Seminário de Mariana, Diogo de Vasconcellos retornou a Portugal para ingressar na Universidade de Coimbra, de onde saiu bacharel em 1783. Em 1785, já de volta a Minas, casou-se com a filha de um grande magistrado de Mariana, ocupando em seguida diversos cargos, até falecer, em 1812: vereador, procurador da Fazenda, tesoureiro da Intendência de Vila Rica, entre outros.¹⁴⁰

Como se sabe, após a transferência da Corte portuguesa para o Rio de Janeiro, os estrangeiros foram, enfim, autorizados a viajar pelo Brasil e a visitar a célebre região das Minas Gerais. Diversos homens de ciência e artistas percorreram o país e registraram suas impressões numa vasta produção de escritos e desenhos. Auguste de Saint-Hilaire, botanista enviado pelo Muséum de Paris, foi

quem mais descreveu as Minas Gerais, suas paisagens naturais, suas cidades, os costumes dos seus habitantes, a economia e a administração da capitania. Ao contrário das memórias acima citadas, o relato de Saint-Hilaire, que já exploramos em capítulos precedentes, faz referências não apenas às vilas, mas também a um número considerável de arraiais.

Nas páginas seguintes tentaremos, portanto, comparar dois tipos de olhares lançados sobre os espaços e paisagens urbanas de Minas Gerais, entre o fim do século XVIII e o início do XIX: de um lado, o olhar do funcionário português ou luso-brasileiro; do outro, a percepção do viajante estrangeiro. É importante observar que estas diferentes representações referem-se a uma mesma realidade objetiva, a formas urbanas que estavam ainda em processo de construção. De fato, uma parte significativa das habitações, das igrejas e dos edifícios públicos que admiramos hoje nas cidades mineiras data da segunda metade do século XVIII, e muitos deles só foram terminados no início do século seguinte.

O OLHAR DOS FUNCIONÁRIOS METROPOLITANOS E DOS ERUDITOS LOCAIS

As funções exercidas pelas sedes de concelhos de Minas Gerais são um aspecto particularmente evidenciado pelos autores portugueses, sobretudo por José João Teixeira Coelho, cujas “instruções” tinham justamente por objetivo estabelecer um quadro geral das estruturas administrativas da capitania, a fim de reformá-las. Os três memorialistas dedicaram-se quase exclusivamente à descrição das vilas, que pode ser sucinta ou mais detalhada, em função da importância atribuída à localidade. Não por acaso, o único arraial mencionado nos três relatórios é o Tijuco, sede da Intendência dos Diamantes.

De modo geral, o sítio é o primeiro aspecto da materialidade das paisagens urbanas abordado, seguido pelos comentários sobre o traçado das ruas e sobre a forma e a implantação das construções. Nota-se que cada autor atribuiu uma importância distinta a estes diferentes aspectos. O cartógrafo Rocha preocupou-se, sobretudo, com a topografia, o clima, a salubridade do sítio; assim, em sua descrição da cidade episcopal de Mariana, encontramos considerações do seguinte tipo: “É salutífera, os ares são temperados e produzem muita fruta (...).”¹⁴¹ Sobre a Vila de São

João del-Rei, informa apenas estar ela “situada em terreno plano e agradável, pelos deliciosos campos que a cercam”.¹⁴² Em seu relato, os dados sobre a geografia e as produções agrícolas dos termos frequentemente ocupam mais espaço do que as descrições das sedes urbanas. Contudo, conforme já vimos, ao se referir a certas localidades, Rocha também faz alusões às irmandades e à qualidade arquitetônica das igrejas. Suas considerações sobre o espaço urbano de Vila Rica são um pouco menos lacônicas do que as referentes às outras vilas: “A situação desta terra é bastante desagradável, não só pela arquitetura das casas, mas ainda pelo elevado de suas ruas, que fatigam a todos aqueles que as passeiam; porém, é abundante dos víveres necessários para passar a vida.”¹⁴³

Rocha foi um dos primeiros a expressar este tipo de julgamento sobre o sítio da capital de Minas Gerais, criticando suas ruas inclinadas e a implantação irregular dos seus edifícios. Esta imagem negativa de Vila Rica iria se perpetuar por mais de um século; embora a capital mineira não fosse a única a apresentar tais “defeitos”, era ali que as adversidades topográficas e os efeitos perversos da extração aurífera se faziam sentir de maneira extrema.

Na mesma época, Teixeira Coelho, o intendente de Vila Rica, também descrevia Vila Rica: “está fundada (...) em sítio montanhoso; as ruas são irregulares; os edifícios não têm nobreza; os templos das matrizes e das Ordens Terceiras do Carmo e de São Francisco são majestosos e ricos”.¹⁴⁴ Ainda mais econômico nos detalhes do que Rocha, mas servindo-se do mesmo tipo de vocabulário, Teixeira Coelho mostra-se mais indulgente com as vilas instaladas em sítios menos inóspitos, nos quais fora possível organizar um traçado viário mais regular. Como em São João del-Rei, onde “as ruas são vistas, os templos e mais edifícios têm alguma nobreza”.¹⁴⁵ Também era o caso da cidade episcopal de Mariana, assim descrita pelo intendente: “O sítio em que está fundada é quase plano e dos mais agradáveis que há nos matos; os ares são puros e, as águas, excelentes. Os edifícios são baixos e de madeira, o arruamento é regular e os templos são decentes.”¹⁴⁶

Pode-se notar que nenhuma dessas descrições oferece uma imagem de conjunto das formas urbanas: a cidade aparece, assim, como “a simples soma dos elementos que a compõem”.¹⁴⁷

Cada um dos elementos é avaliado isoladamente: analisam-se as condições topográficas, a regularidade das ruas e contabilizam-se as igrejas e os edifícios mais notáveis.

Além disso, nestes textos, assim como em outras descrições deixadas por autoridades coloniais, sobressaem duas características: “a contenção e a objetividade”. As observações de Laura de Mello e Souza acerca da narrativa de Costa Matoso poderiam ser aplicadas ao relato de Teixeira Coelho:

Poucos adjetivos, nenhum excesso, raros momentos de admiração. Aqui estamos longe dos arroubos edenizadores dos séculos precedentes, ou das edenizações tardias que continuaram pontuando escritos variados ao longo do século XVIII (...).

Costa Matoso descreve, enumera, repete de forma quase monótona, pautando-se antes pelo pragmatismo que pela fantasia (...).¹⁴⁸

Sem dúvida, a visão dos espaços urbanos manifestada por estas autoridades foi bastante influenciada pelo pragmatismo que caracterizava todas as ações da colonização portuguesa. Os raros julgamentos estéticos sobre a materialidade das povoações são inseparáveis de avaliações sobre a “utilidade” e a funcionalidade de cada um dos seus componentes. Assim, as localidades descritas pelos três autores não são fundamentalmente belas ou feias; elas serão “agradáveis” ou “desagradáveis”, dependendo da existência, ou não, de uma qualidade aparentemente prioritária, de uma condição *sine qua non* do embelezamento urbano: a “comodidade”.

Segundo o pensamento da época, o “embelezamento das cidades consiste na construção de edifícios dispostos em linha reta, de maneira que uma rua inteira pareça uma única casa”.¹⁴⁹ A cidade ideal deveria apresentar um sítio salubre e de topografia suave, sobre o qual se pudesse traçar praças amplas e bem ordenadas e, sobretudo, ruas planas e retas, margeadas por fachadas alinhadas, homogêneas e simétricas, seguindo as regras clássicas. Tal era o modelo de cidade concebido pelos engenheiros militares, que foi implantado em determinados períodos e em certas regiões da América portuguesa.

Os três autores aqui estudados não emitiram, portanto, nenhum julgamento estético sobre o conjunto das formas urbanas, somente sobre alguns de seus componentes. Somos, assim, levados a

pensar que eles não viram as povoações mineiras enquanto “paisagens”; o fato de que o termo jamais tenha sido empregado nos seus escritos parece confirmar tal hipótese.

É preciso notar, contudo, que a época em que tais descrições foram feitas corresponde a um período bastante particular do pensamento europeu, no qual a apreciação da paisagem constituiu “pela primeira vez, objeto de um debate bastante amplo”.¹⁵⁰ Na Europa, o termo “paisagem”, entendida como “quadro” ou representação pictórica de lugares campestres existia desde o Renascimento; porém, os “rituais de apreciação estética da própria natureza”, associados à pintura de paisagem, surgiram somente no século XVIII, com o desenvolvimento da arte dos jardins e, paralelamente, com a renovação estilística e temática da arte e da literatura de inspiração clássica.¹⁵¹

Em países como a Inglaterra e a França, os membros da elite social e intelectual aprendem então a serem apreciadores e conhecedores da pintura. Em meados do século XVIII, o grande *tour d'Italie* torna-se indispensável à formação de jovens de boa família. Através destas viagens, ou simplesmente por meio do estudo e da cópia de estampas de paisagens italianas pintadas pelos grandes mestres da época – Claude Lorrain, Poussin, Salvatore Rosa etc. –, eles aprendiam a olhar a natureza com olhos de pintor e a reconhecer “paisagens” – ou seja, cenas que mereciam ser transferidas para a tela.¹⁵² Graças, sobretudo, aos ingleses, disseminou-se pela Europa o gosto pela pintura de paisagem, bem como outros “rituais” e manifestações artísticas que a ela se associam, como as “viagens pitorescas” ou os “poemas topográficos”.¹⁵³

Mas foi somente a partir de 1780 que “a viagem estética” se difundiu, “juntamente com o interesse pela aquarela, pelo desenho ou pela estampa de paisagem”. Segundo Bernard Lepetit, as convenções pictóricas contidas nos relatos ilustrados de viagem e nas obras teóricas do inglês William Gilpin:

(...) contribuíram para disseminar o gosto pré-romântico pela solidão, pela simplicidade primitiva, pela beleza pitoresca. A apreensão estética dos lugares que é manifesta nessas obras constitui o oposto da percepção prosaica desenvolvida pelas diferentes formas de viagens administrativas.¹⁵⁴

Com efeito, é um olhar do tipo “prosaico” que se expressa nas dissertações dos funcionários portugueses, que foram redigidas a partir de verificações objetivas, feitas em campo. Tanto mais quanto, em Portugal e seus domínios, a “cultura da paisagem” só se afirmaria a partir de meados do século XIX. No século XVIII, raros artistas praticavam a pintura de paisagem em Portugal; a principal referência nacional era, então, o francês Pillement, pintor e decorador da Corte e da grande burguesia comercial de Lisboa, onde ele criou uma escola de pintura em 1780. Como observou Fernando de Azevedo, a “paisagem romântica” chegou tardiamente em Portugal e não se impôs antes da emergência do Naturalismo.¹⁵⁵ O interesse pelo gênero surgiu simultaneamente ao desenvolvimento das técnicas de gravura no país, que permitiu a reprodução e a divulgação de “paisagens” e “vistas pitorescas” dos mestres locais.¹⁵⁶ Assim, no período em que descreviam as Minas Gerais, Rocha e Teixeira Coelho, exilados nas profundezas da América, certamente não haviam tido oportunidade de se familiarizar com modelos pictóricos europeus a partir dos quais pudessem construir uma percepção estética da natureza e das obras humanas da colônia. O mesmo não se pode dizer de Vasconcellos, como veremos adiante.

Ademais, era natural que os dois autores não empregassem a palavra “paisagem” para descrever as vilas mineiras e seus entornos. Enquanto na língua francesa, no início do século XVIII, a palavra *paysage* já se referia à apreciação da natureza “real”, embora fazendo sempre alusão à pintura de paisagem, nos dicionários portugueses do século XVIII e do início do XIX, vemos que “paisagem” ainda era, exclusivamente, um “termo de Pintor”. Ou seja, um termo reservado aos iniciados no mundo da arte, pois era um sinônimo da palavra “países” (derivada do francês *pays*) que designava em língua portuguesa “painéis em que estão representados arvoredos, prados, fontes, casas de prazer e outros aprazíveis objetos do campo”. Assim, um pintor “paisista” era aquele que tinha “gênio para fingir bem arvoredos, longes, prados, fontes e lugares campestres”.¹⁵⁷

Somente por volta do final do século XIX, os dicionários portugueses começam a registrar um uso mais genérico do termo. Assim, no dicionário de Valente, de 1881, constam três definições: 1. “Vista do campo”; 2. “(Pint.) Gênero de pintura que tem como objeto a representação do campo ou de

lugares campestres”; 3. “Pintura ou gravura que representa uma paisagem”.¹⁵⁸ Na terceira acepção, o termo “paisagem” refere-se à própria natureza, e não apenas à sua representação (ou seja, aos “painéis” que eram chamados de “paisagens”), refletindo a ambiguidade que, a partir de então, começaria a caracterizar a palavra, também na língua portuguesa.

DIOGO PEREIRA RIBEIRO DE VASCONCELLOS: UM OLHAR PRÉ-ROMÂNTICO

Ao escrever sua *Breve descrição geographica, physica e politica da capitania de Minas Geraes*, o jurista e poeta Diogo Pereira Ribeiro de Vasconcellos inspirou-se bastante nos escritos de Teixeira Coelho e, principalmente, nos de José Joaquim da Rocha. Alguns trechos chegam a constituir verdadeiros plágios, como os que se referem às produções agrícolas das vilas e seus termos. Contudo, este trabalho se destaca claramente das “memórias” que o precederam, em diversos aspectos.

Nota-se, primeiramente, que as descrições das vilas não são apenas mais detalhadas, mas denotam uma percepção de conjunto das formas urbanas que, como acabamos de observar, é inexistente nas obras de Rocha e de Teixeira Coelho. Diogo de Vasconcellos começa por analisar, separadamente, cada um dos elementos da morfologia urbana, mas, em seguida, emite um julgamento estético que abrange e qualifica a vila como um todo. Vejamos o exemplo de São João del-Rei:

Muito bem lançada nas margens meridionais do Rio das Mortes; um córrego que passa em meio dela a divide em duas partes, que comunicam duas pontes, nas quais se costumam pagar certa quota de portagem. A igreja paroquial de N. S. do Pilar, vários templos e bons edifícios ornem a vila, que é sem dúvida a mais bela da capitania.¹⁵⁹

As primeiras observações sobre Vila Rica tratam das questões, sempre problemáticas, da topografia e do traçado das ruas. Em seguida, Vasconcellos descreve alguns edifícios da capital:

Entalada entre a serra do Ouro Preto de uma parte, e morros paralelos encostados às serras tão altas, que da outra se vão às nuvens, estende-se por cima de quatro montes por espaço pouco menos de três quartos de légua, que compreendem uma só rua

tortuosa, e dividida em diferentes ladeiras, das quais outras partem aos lados, bem que poucas e de mais curta extensão. Os edifícios, desiguais, sobem ou descem à proporção do terreno. Os paços do concelho e a Casa dos Contos são os melhores edifícios de todo Brasil (...), de risco e cantaria prima (...). Afora pequenas capelas, conta doze templos, entre os quais são dignos de memória os de São Francisco e Carmo, e os dois Rosários.¹⁶⁰

Tendo chegado ainda criança à capitania, Vasconcellos foi uma testemunha direta do processo de construção material de algumas localidades mineiras. No capítulo sobre Mariana, o autor se refere a “vestígios” do arraial primevo, instalado às margens do aurífero ribeirão do Carmo. Em seguida, ele se posiciona no tempo presente, fazendo referência às obras, em andamento, de duas importantes igrejas da cidade:

(...) cercada de montes, e regada pelo dito ribeirão [do Carmo], as ruas são planas, à exceção dos becos e travessas, que partem da Rua Nova, e dos dois arrabaldes de São Gonçalo e Rosário. Começou junto às margens do ribeirão, onde se fizeram os primeiros serviços minerais (...). Dali foi-se alargando para as alturas, ficando seus começos, do que ainda vi restos, sepultados debaixo das areias, e dos montes superiores, arrastados à praia pelos aluviões. Entre seus outros templos, o de São Francisco é magnífico, e igual promete ser o de N. S. do Carmo, de que se cuida; possui alguns edifícios nobres, dentre os quais merecem especial comemoração o seminário, o paço episcopal e os do concelho.¹⁶¹

Com o mesmo espírito, Vasconcellos faz uma detalhada descrição de edifícios e espaços públicos de Vila Rica, que estavam ainda em construção:

A residência dos governadores fronteira com as casas do concelho, medeando entre elas a grande praça principal da vila, acabada em o ano de 1797 com demolição de umas casas que assombravam meia parte do novo edifício da câmara. Ao mesmo ano se regulou a nova praça que comunica com a igreja de São Francisco, onde foi levantado o pelourinho (...).¹⁶²

Em certos momentos, Vasconcellos deixa aflorar sua sensibilidade de poeta e lamenta os efeitos do tempo sobre as obras humanas que lhe são caras. Ao descrever Mariana, o autor

observa: “a Catedral é grande, bem que palpada já da mão dos anos”.¹⁶³ Da mesma forma, Vila Rica “consta de duas freguesias, riquíssimas de alfaías de prata, mas sentidas já da voracidade do tempo, que tudo come”.¹⁶⁴

Não se tratava, ainda, de um olhar “patrimonial”, mas de um olhar sentimental, que valorizava o “regional” e o “local”. Nestas linhas, Vasconcellos se revela um português profundamente enraizado nas Minas Gerais, mostrando-se sensível ao caráter particular da paisagem de Vila Rica – a qual lhe despertava sentimentos e emoções de ordem afetiva, mas também estética, como veremos mais adiante.

Pode-se identificar nestes escritos alguns aspectos do Romantismo, que na segunda metade do século XVIII já aparecem de maneira difusa, na obra de determinados poetas da Arcádia Mineira, aos quais Vasconcellos era ligado. De fato, naquela época, alguns homens de letras de Minas começaram, por um lado, a se sentir divididos entre suas origens portuguesas e a afeição que sentiam pela colônia e, por outro lado, a hesitar entre sua formação clássica e a necessidade, “a urgência de representar a natureza tropical”. Assim, pouco a pouco, a natureza idealizada da Arcádia foi desaparecendo, para dar lugar “ao pitoresco e à cor local”.¹⁶⁵

Tais manifestações estão também presentes, embora de forma mais discreta, nos escritos de Rocha e, sobretudo, nos de Vasconcellos: nota-se ali um desejo de “construir o passado da Capitania”,¹⁶⁶ de registrar a história local, mas também de valorizar a cultura material de Minas Gerais, como fica patente no comentário: “Os paços do concelho e a Casa dos Contos são os melhores edifícios de todo Brasil.”¹⁶⁷

Este olhar pré-romântico evidencia-se também no gosto pelas características originais e pelo “exotismo” da paisagem mineira, manifestado por Vasconcellos. É o que pode ser notado em outro trecho da descrição de Vila Rica, na qual o autor rejeita as impressões negativas presentes nas dissertações de Teixeira Coelho e de Rocha e revela o lado sedutor da paisagem urbana:

Bem que montuosa e entre serras, a vila, como fica visto, não é contudo desagradável. De qualquer ponto dela, que se levante a vista, nota o espectador casas solitárias penduradas nos morros, com suas hortas e pomares; árvores de longe em longe, montes a uma parte revestidos de relva, e a outra escalvados e fendidos,

obra dos serviços minerais. Deles descem em grande cópia as melhores águas a prover infinitas fontes, e dezessete magníficos chafarizes espalhados pela vila, dentre os quais um existe de excelentes águas férreas, que a câmara acaba de construir (...). Nada, porém, é comparável à vista dos morros em dias de espetáculos públicos. Fica o curro na praia do Ouro Preto, e sobranceiro o morro, que pega dela, e outros paralelos, e os em torno. Por todos eles, e principalmente pelo primeiro, se divisam palanques separados, uns compostos de sedas, outros de chitas de diversas cores, e o resto, das folhas dos campos: os intervalos até as eminências enchem pessoas dos diversos sexos, *cujas roupas variando de cores traz aos olhos uma variada perspectiva, que deleita*.¹⁶⁸

A exemplo de seus predecessores, Diogo de Vasconcellos não deixa de assinalar o aspecto acidentado do sítio e a irregularidade de suas construções. Porém, ao posicionar-se como um “espectador” dentro da cena urbana, que ele considera no seu conjunto, a irregularidade deixa de parecer um defeito; pelo contrário, ela contribui, juntamente com a diversidade de cores e de texturas das montanhas, para a composição de uma “perspectiva”, ou de uma “vista” – também ele não utiliza o termo “paisagem” – variada, original e aprazível de Vila Rica.

Esta contradição está na origem do “sentimento do pitoresco” que, em breve, iria guiar o olhar dos viajantes estrangeiros pelas Minas Gerais do século XIX. Não deve haver dúvidas de que tal sentimento era familiar a Diogo de Vasconcellos, ainda que ele não o tenha expressado de maneira explícita e literal. Além disso, é provável que, durante seus estudos na Europa, Vasconcellos tenha podido adquirir certa familiaridade com esta “cultura do olhar”, bem como conhecimentos sobre a pintura de paisagem, essenciais na formação do “gosto pitoresco”.¹⁶⁹ Seria interessante, aliás, que se dispusesse de mais dados sobre a formação intelectual e artística do autor: teria ele efetuado o grande *tour d'Italie*, como Cláudio Manoel da Costa, seu “amigo fraterno” da Arcádia?¹⁷⁰

O “pitoresco” representou um período particular na evolução do gosto no século XVIII, um “interregno entre o clássico e o romântico”,¹⁷¹ no qual ocorreu um salto “entre razão e imaginação” – o que permitiu uma abertura de espírito para o “local”, o “sentimental” e o “subjetivo”, assim como a apreciação das obras humanas que se afastavam dos cânones da arte clássica.

O SENTIDO DA PAISAGEM E DO “PITORESCO” NOS RELATOS DOS VIAJANTES

Da mesma maneira que os funcionários da Coroa portuguesa e os homens do poder local, os naturalistas europeus, muitas vezes, criticaram as vilas e arraiais de Minas: tanto em função dos sítios acidentados, como da “irregularidade” dos traçados e do caráter rústico dos seus edifícios. Isto é verdadeiro, sobretudo, no tocante à Vila Rica, que era uma povoação especialmente desprovida de “comodidade”, de acordo com os testemunhos coevos.

No entanto, é incorreto afirmar – como fizeram muitos autores – que o julgamento dos viajantes estrangeiros tenha sido sempre negativo, pois sua bagagem cultural específica permitiu-lhes reconhecer, em algumas povoações mineiras, qualidades que pareciam invisíveis para a maior parte dos observadores luso-brasileiros.

Alguns destes aspectos podem ser identificados através do estudo do léxico empregado em tais relatos. Com efeito, para descrever as vilas e os arraiais de Minas, alguns viajantes recorreram a um vocabulário particular, no qual, frequentemente, figuram palavras oriundas do vocabulário dos pintores, como “paisagem” ou “panorama”. Também aparecem, especialmente em Auguste de Saint-Hilaire, diversas ocorrências de um adjetivo que mereceu nossa atenção: “pitoresco”.

Conforme observou Malcolm Andrews, a expressão “pitoresco” tornou-se, em nossos dias, algo bastante banal e cotidiano, um “lugar-comum do vocabulário turístico”,¹⁷² podendo ser empregada para qualquer coisa que “chame a atenção e que pareça sedutora ou divertida, devido ao seu aspecto original”.¹⁷³

No entanto, durante os séculos XVIII e XIX, esta palavra apresentava significados bem mais complexos, que devem ser aqui lembrados: o “sentimento do pitoresco”, nascido da “cultura do olhar” na Europa deste período, exerceu uma influência clara e determinante na percepção dos viajantes acerca das paisagens naturais e urbanas do Brasil.

É interessante observar que os termos “pitoresco” e “paisagem” surgem no mesmo período, ou seja, durante o Renascimento, época da “descoberta da paisagem na pintura” dentro da Europa.¹⁷⁴ Com efeito, a palavra *pittoresco* nasce na Itália do século XVI e designa, inicialmente, as técnicas e os efeitos de luz e sombra

utilizados por pintores como Giorgione e Ticiano para obter “uma impressão de conjunto” (ao invés de uma paisagem composta de elementos apenas justapostos).¹⁷⁵ Em seguida, o termo passa a designar, na língua italiana, as composições dispostas “à maneira de um pintor”, servindo, portanto, para distinguir a maneira pela qual um artista representa a realidade “do modo como o senso comum percebe as mesmas coisas”.¹⁷⁶

No início do século XVIII, a palavra “pitoresco” ainda era pouco utilizada em países como a França e a Inglaterra. Foi somente a partir de meados deste século que ela começou a ser empregada de forma mais ampla, especialmente nos relatos de viagem. No início do século XIX, ela era utilizada correntemente “para evocar a apreciação do espetáculo da natureza, referindo-se, ao mesmo tempo à pintura de paisagem”.¹⁷⁷

O pintor e viajante inglês William Gilpin foi um dos principais responsáveis pela difusão do termo, assim como pela generalização do gosto pelas “viagens pitorescas” e da contemplação crítica de paisagens campestres. O objetivo de tais excursões era distinguir, no “grande espetáculo” da natureza, as cenas que mereciam o nome de “paisagens”, ou seja, aquelas que podiam ser transpostas para uma tela.

Ora, a paisagem só era visível para quem sabia reconhecê-la; apenas “um olhar conscienciosamente educado” era capaz de descobrir esta “essência encantada do mundo”.¹⁷⁸ Para reconhecer “paisagens” na natureza, era preciso aprender a olhar o mundo com olhos de pintor – sobretudo com os olhos de artistas como Claude Lorrain, Poussin ou Salvatore Rosa, mestres cujas “composições pitorescas” foram consideradas exemplares. Assim, no final do século XVIII, o pitoresco não designava mais “uma maneira de representar a natureza que seria própria dos pintores”, e sim uma forma de atenção, um olhar específico que permitia aos amantes da natureza identificar as paisagens que um pintor teria escolhido representar.¹⁷⁹

Mesmo que a palavra “pitoresco” não apareça em todos os relatos, é fácil notar que a maior parte dos naturalistas estrangeiros que passaram por Minas possuía um olhar estetizante sobre a natureza. Spix e Martius ora evocavam “panoramas grandiosos”,¹⁸⁰ ora “belezas românticas”¹⁸¹ para descrever as paisagens naturais e urbanas mineiras. Algumas regiões montanhosas lembravam-lhes os “Alpes natais”, e seus rochedos nus eram associados a “ruínas

românticas”. Outras cenas, “sombrias e grandiosas” como as da região de Vila Rica, mereceriam ser representadas pelos grandes mestres europeus – para os dois austríacos, tratava-se, pois, de verdadeiras “paisagens”:

Saindo de Lana, passando por estreitas gargantas da montanha, vertentes, escarpadas e abruptas paredes de rocha, alcançamos um sítio onde de repente o *panorama* até agora limitado se patenteou amplo, descortinando-se um labirinto de vales e montanhas. O Itacolomi, ensombrado na base pela negrura das matas, e destacando-se todos os vizinhos, com seu píncaro rochoso e nu, domina toda a região. Uma maravilhosa mudança de luz, desde a mais ofuscante claridade do sol até a negrura da mais tenebrosa sombra, pairava sobre a *paisagem*, cuja feição sombria e grandiosa mereceria ser traduzida pelo pincel de um Salvatore Rosa ou de um C. Poussin. A natureza parecia celebrar conosco com seu grave silêncio, o estado de alma que nos empolgava, diante do magnífico *panorama*.¹⁸²

Saint-Hilaire parecia ter mais dificuldade para exprimir seus sentimentos diante de tais “espetáculos” da natureza. Suas descrições às vezes se ressentem da falta de um vocabulário adequado para traduzir fielmente a realidade observada. De fato, era muito difícil descrever, segundo os cânones da composição paisagística europeia da época, cenários tão “exóticos” quanto os que o francês encontrou na região diamantina:

(...) o horizonte é limitado por montanhas muito próximas umas das outras, que se desenvolvem de maneira quase circular, e marcadas pela presença constante de rochas nuas de um cinza escuro. O terreno circundado por essas montanhas é desigual; exhibe vastas pastagens e é atravessado por um ribeirão onde existem diamantes (...). Enfim (...), abaixo dessas montanhas que enquadram o horizonte, o olhar repousa sobre um grupo de pequenas casas misturadas às árvores, entre as quais sobressaem-se as bananeiras, pela elegância de seu porte. Nas montanhas europeias encontram-se elementos bastante similares; *mas os daqui oferecem um aspecto particular que não consigo exprimir*; e que se deve, sem dúvida, às cores dos rochedos, à sua posição e à natureza das plantas.¹⁸³

Em suas descrições de vilas e arraiais, Saint-Hilaire, muitas vezes, destaca a presença de palmeiras, bananeiras e outras plantas tropicais e “exóticas”, que conferiam um aspecto

“agradável” e bem “brasileiro” a estas paisagens urbanas, como no caso do pequeno arraial de Cocais:

Há muito que não desfrutava de uma vista tão agradável quanto a que me ofereceu o arraial de Cocais, quando me encontrava nas montanhas opostas. Ele foi construído sobre o cume e os flancos de uma colina que se eleva ao pé da Serra. Esta se desenvolve por detrás do arraial, compondo uma espécie de hemicírculo, formado por grandes espaços cobertos por florestas sombrias, outros simplesmente relvados e, aqui e acolá, rochedos nus de cor enegrecida. (...) Em torno da colina, a terra foi rasgada em todas as direções pelos mineradores, os quais também reviraram as margens do ribeiro Una (...) suas águas sujas de argila vermelha (...). *O conjunto desta paisagem tem um caráter particular; nada lembra a Europa*; os tons da montanha, a mata densa que a cobre, as lavras que ali se encontram, as palmeiras que cercam a igreja, a forma das casas ladeadas de perto por bananeiras e laranjeiras: *tudo é brasileiro*, até mesmo a cor das águas do Una.¹⁸⁴

A visão destas paisagens tão diferentes provocava, portanto, um prazer estético que era, por vezes, difícil de definir com palavras. Como nada ali lembrava a Europa, o viajante não podia identificar, neste tipo de cenário, nenhum elemento que ele costumava ver nas telas dos grandes mestres da pintura. Talvez esta seja a razão pela qual Saint-Hilaire se refere a um “caráter particular” destas cenas, mas não utiliza aqui o qualificativo “pitoresco”, que aparece em outras de suas descrições de paisagens urbanas.

Deve-se levar em conta, porém, que o termo “pitoresco” era bastante vago e contraditório, tendo recebido, ao longo dos séculos XVIII e XIX, acepções muito distintas. Na realidade, cada artista tinha sua própria ideia sobre o que poderia ser considerado como “pitoresco” e, portanto, sobre o que poderia figurar em uma tela. A difusão da palavra suscitaria, aliás, um esforço de reflexão crítica sobre seu uso: da mesma forma que a “Beleza” e o “Sublime”, o Pitoresco constitui uma das palavras-chave da Estética do século XVIII.¹⁸⁵

William Gilpin foi um dos que procuraram desenvolver o conceito de pitoresco. Apesar das críticas que recebeu – devido à falta de precisão e à ambiguidade de suas definições –, parecem-nos que estas últimas são úteis para compreender o sentido de algumas descrições legadas pelos viajantes europeus.

Gilpin estabelecia uma distinção entre a “beleza” e a “beleza pitoresca”. Segundo ele, haveria, de um lado, os objetos “belos em geral”, cujas características seriam a regularidade, a simetria, a clareza dos contornos, o aspecto uniforme e o brilho das superfícies. De outro, os objetos qualificados de “pitorescos” eram os que agradavam pelo fato de constituírem “um tema mais interessante para a pintura”, qualidade que dependia de dois aspectos: a irregularidade e a rudeza das formas. Os atributos essenciais de uma “composição pitoresca” seriam a variedade, a dissimetria, a ruptura das formas através do jogo de claro-escuro, bem como seu caráter inesperado; da mesma maneira, uma “cena pitoresca” compunha-se de uma “variedade de partes”, as quais só podiam ser constituídas por “objetos rudes”.

Estas ideias foram mais claramente expressas em um trecho do “Primeiro ensaio” de sua obra *Três ensaios sobre o belo pitoresco*:

Uma obra de arquitetura de Palladio pode ser elegante no mais alto grau; a proporção entre suas partes, a escolha dos ornamentos, a simetria do todo podem ser extremamente agradáveis. Mas, se a transpusermos para uma tela, ela se torna imediatamente um objeto demasiadamente rígido, compassado, e deixa de agradar. Para lhe dar a beleza pitoresca, seria preciso recorrer não ao cinzel, mas ao martelo destruidor; seria necessário demolir uma metade, deformar a outra, e espalhar em torno os membros mutilados; em uma palavra, de um edifício construído com esmero, seria preciso fazer uma ruína agreste (...); embora exista e seja apreciável na natureza, a simetria rígida do conjunto desagrada quando se trata de pintura.¹⁸⁶

Esta distinção permite uma melhor compreensão do sentimento do pitoresco, do caráter particular da beleza a que ele se refere. A partir deste entendimento, a contradição presente nas descrições de Saint-Hilaire ganha sentido: o viajante observava e criticava o “real” e o “concreto” das povoações – a irregularidade dos sítios e das ruas, a simplicidade dos edifícios, a falta de simetria dos jardins –; porém, eram estes mesmos “defeitos” que podiam tornar as paisagens urbanas mineiras “encantadoras”, dignas de uma representação pictórica ou de uma descrição detalhada. Ou seja, era justamente a irregularidade do conjunto que as tornava “pitorescas”.

Segundo Gilpin, “por mais selvagem ou estéril que seja uma natureza, ela raramente contraria as expectativas de um viajante pitoresco”. No entanto, o mesmo não ocorre com a arte, ou com “as obras dos homens”, visto que, “na maioria das vezes, as casas, as cidades e as habitações produzem um efeito negativo numa paisagem”. No segundo ensaio de sua obra, descobrimos que, entre os objetos artísticos, “o olhar pitoresco” deve se deter especialmente “nos elegantes escombros da arquitetura antiga. Uma torre arruinada, um arco gótico e as ruínas de castelos e abadias são os mais ricos legados da arte; e, consagrados pelo tempo, são talvez tão dignos de nossa veneração quanto as obras da própria natureza.”¹⁸⁷

Assim, ao entrar na cidade episcopal de Mariana, Saint-Hilaire repara em um elemento análogo aos acima descritos: “uma igreja isolada, construída no alto de um morro que domina quase toda a cidade (...) essa igreja não foi acabada; mas, por isso mesmo, ela confere à paisagem um efeito mais pitoresco”.¹⁸⁸

Gilpin indica, porém, que formas mais geométricas e regulares, produzidas pelas mãos humanas, poderiam ser incluídas com sucesso numa composição paisagística desde que se respeitasse uma condição: era preciso misturá-las adequadamente aos “objetos rudes” e “pitorescos” da natureza, e escolher um ponto de vista suficientemente afastado:

(...) quando todas as suas formas regulares são atenuadas pela distância – quando as árvores se fundem umas às outras, formando uma linha no horizonte – quando as casas de fazenda e outros edifícios ordinários perdem a vulgaridade de suas formas, dividindo-se em manchas diversas, nos diferentes planos da cena – não se pode imaginar a riqueza e a beleza que essa massa de deformidades confere à paisagem.¹⁸⁹

De fato, ao observarem as unidades paisagísticas constituídas pelos núcleos urbanos e a natureza circundante, os viajantes apreciavam particularmente os locais onde as condições do relevo eram tais que permitissem uma visão de conjunto, distante das cidades.¹⁹⁰ Isto porque, conforme já havia observado outro francês, “uma paisagem da qual se tenha visto todas as partes, umas após as outras, não foi vista verdadeiramente; é preciso que ela seja observada de um local bastante alto, de onde todos os objetos antes dispersos possam ser reunidos num único golpe de vista”.¹⁹¹

Johan Emmanuel Pohl observou a cidade de Mariana da colina onde se encontrava a igreja inacabada de São Pedro dos Clérigos, mencionada por Saint-Hilaire; este mirante lhe ofereceu “um magnífico panorama da cidade”.¹⁹² É interessante notar que a palavra “panorama”, significando “visão de conjunto”, era então um termo relativamente novo, pois havia sido inventado em 1789, pelo pintor escocês Baker.¹⁹³ A palavra designava, na época, um “quadro cilíndrico, disposto de tal maneira que o espectador, situado no centro, via os objetos representados como se estivesse num ponto elevado, podendo divisar todo o horizonte em volta”.¹⁹⁴

No tocante à Vila Rica, porém, Pohl destacou a dificuldade que encontrara para conseguir o “panorama” que seria incluído na publicação dos seus relatos:

O terreno sobre o qual está situada a cidade não tem trechos planos; a própria cidade é intercalada de morros, de tal modo que de ponto algum se pode ter uma visão do conjunto. A melhor vista, todavia, é a que tem de oeste para leste, de onde se pode contemplar a parte bela da cidade, desde o rio até o alto, onde se encontram os edifícios do Governo. Deste ponto foi tomada a vista desta cidade (...).¹⁹⁵

Saint-Hilaire também se decepcionou com Vila Rica: alguns pontos de vista pareceram-lhe “pitorescos”, mas, no conjunto, a paisagem quase sempre brumosa da cidade aparentava-lhe “triste e melancólica”:

Montanhas que, de todos os lados dominam a cidade, casas antigas e em mau estado, ruas que descem e sobem, eis o que se oferece aos nossos olhos quando entramos na capital da província das Minas (...) Vila Rica tem tão pouca regularidade que é extremamente difícil oferecer uma imagem exata. Foi construída sobre uma longa sequência de montes que margeiam o Rio do Ouro Preto, e que lhe imprimem sinuosidades (...) alguns, muito íngremes para receber habitações, apresentam apenas (...) uma vegetação rala e grandes escavações. Assim, as casas encontram-se dispostas em grupos desiguais, como se cada uma fosse construída num plano diferente. A maioria conta com um pequeno jardim longo e estreito, bastante mal cuidado. (...) Dessas casas assim intercaladas de cumes áridos e de tufos espessos de vegetação, *resultam pontos de vista tão variados*

quanto pitorescos; mas a cor enegrecida do solo, a das telhas, que não são menos obscuras, o verde escuro das laranjeiras e dos cafeeiros, muito comuns nos jardins, um céu quase sempre nublado e a esterilidade dos morros sem construções transmitem à paisagem um aspecto sombrio e melancólico.¹⁹⁶

Apesar da irregularidade do sítio, o viajante se mostrou mais sensível ao charme do Arraial do Tijuco:

Os jardins do Tijuco pareceram-me, em geral, mais bem cuidados do que os que vi em outros lugares; contudo, não são dispostos com ordem e simetria. Mesmo assim, pontos de vista muito agradáveis resultam desse amálgama de jardins e casas agrupadas de diferentes maneiras, e dispostas sobre um plano inclinado (...); e não saberia descrever *o efeito sedutor produzido na paisagem*, pelo contraste entre o verde tão fresco dos jardins com as cores dos telhados das casas, e sobretudo com os tons acinzentados e austeros dos vales e montanhas circundantes.¹⁹⁷

Na realidade, o caráter destas descrições variava segundo o ponto de vista do qual os núcleos urbanos eram observados: diversos arraiais e vilas que, de longe, pareciam “belos”, “de vista agradável” ou “pitorescos” aos viajantes, de perto não apresentavam “nada de notável”. Após visitar um pequeno arraial perto de Bambuí, Pohl relatou:

Três léguas adiante, sobre uma colina, acha-se o Arraial de São Pedro de Alcântara. Meu pessoal descreveu este vilarejo como um eldorado. Aliás, à distância, com sua pequena igreja afastada, parece muito pitoresco; mas o interior não corresponde absolutamente a esta primeira impressão.¹⁹⁸

No interior das cidades, o “olhar pitoresco” destes europeus, muitas vezes, era substituído pelo olhar objetivo, racional e pragmático do “homem de gosto mais geral”, como diria Gilpin. Os viajantes eram, então, levados a produzir descrições dos núcleos urbanos comparáveis às que encontramos nas “memórias” dos funcionários régios e eruditos locais, fornecendo dados geográficos, demográficos e econômicos, criticando o sítio, a falta de regularidade e de simetria dos traçados, a implantação dos edifícios – ou, ao contrário, descobrindo algumas qualidades nestes espaços urbanos. É o caso do trecho abaixo, no qual Saint-Hilaire descreve o Arraial de Formigas (atual Montes Claros):

Esse arraial (...) é, certamente, um dos mais bonitos que já vi na província de Minas (...). A maioria das casas estão construídas em torno de uma praça regular que forma um quadrado alongado e, pelo seu tamanho, seria digna das maiores cidades. Essa praça, sendo aberta do lado pelo qual se chega quando partimos do Tijuco ou da Vila do Príncipe, só tem, por consequência, três faces, faltando-lhe uma das menores. A igreja situa-se ao fundo da praça, bem próxima aos dois lados que dispõem de construções; porém, infelizmente ela não corresponde ao meio desse lado, sendo um pouco oblíqua, o que prejudica a regularidade do conjunto. Além da praça da qual falei, há, ainda, em Formigas, algumas ruas paralelas a dois dos lados da praça.¹⁹⁹

Em Mariana, a visão longínqua da igreja de São Pedro entusiasmara o viajante, devido ao seu aspecto de “ruína”. Em visita à grande praça de Vila Rica, pelo contrário, Saint-Hilaire decepcionou-se com o fato de que o prédio da câmara estivesse inacabado, e criticou a implantação assimétrica do mesmo:

(...) essa praça forma um quadrado alongado, pouco regular, na qual o palácio ocupa um dos lados estreitos. Diante desse edifício, está a Casa da Câmara, edifício de assaz bom gosto, ao qual se tem acesso por uma escadaria, e que é coroado por uma balaustrada à italiana. É lamentável que tal edifício não tenha sido finalizado, e que não tenha sido construído exatamente diante do palácio.²⁰⁰

Além da cidade episcopal, e dentro da mesma ótica, Saint-Hilaire descreveu minuciosamente o traçado e aspectos mais objetivos e pragmáticos de diversas vilas e arraiais que visitou. Foi o caso da Vila de Barbacena, então recém-criada:

(...) construída sobre o cume de duas colinas alongadas, uma das quais termina perpendicularmente no meio da outra. Sua forma é aproximadamente a de um T e ela conta com duas ruas principais, alinhadas e bastante largas; uma delas é inteiramente pavimentada, e as outras só o são diante das casas.²⁰¹

Infatigável, Saint-Hilaire interessava-se pelos mínimos detalhes das paisagens observadas. Além disso, ele dedicou muitas linhas a pequenos arraiais que haviam sido ignorados por outros viajantes, que os consideraram “insignificantes”, e mesmo pelos

funcionários régios. Para ele, as vilas e os arraiais acrescentavam “variedade à paisagem” e eram, às vezes, comparados a “oásis” em meio à imensidão de terras quase desertas que atravessara em vários de seus itinerários mineiros. A posição e as formas inesperadas destes núcleos de povoamento pareciam ainda mais atraentes “aos olhos do viajante” devido ao “tédio” que experimentara durante vários dias.²⁰²

As passagens do relato de Saint-Hilaire que tratam dos elementos concretos das povoações – o sítio, a forma do traçado, a implantação dos edifícios – denotam um olhar mais “prosaico” sobre as paisagens urbanas mineiras, comparável ao que vemos nos textos de José João Teixeira Coelho e José Joaquim da Rocha. Porém, devemos lembrar que, apesar do caráter pragmático de sua obra, este último se interessou pela riqueza arquitetônica das igrejas, o que indica uma valorização de aspectos ligados à cultura urbana da sociedade mineira que inexistia nos escritos de Teixeira Coelho, para quem tais assuntos não tinham nenhuma importância.

O “caráter particular” das paisagens mineiras, evocado por Saint-Hilaire, só era visível para os que tinham uma ligação afetiva com a colônia ou para os que haviam aprendido a ver o mundo com “olhos de pintor” – ou de poeta. As cicatrizes deixadas pela mineração, a forma “pitoresca” pela qual as pequenas povoações de Minas galgavam os morros e fundiam-se com o conjunto da paisagem e o exotismo da vegetação brasileira são, sem dúvida, os aspectos que mereceram as descrições mais entusiasmadas dos viajantes estrangeiros e as páginas mais inspiradas do luso-brasileiro Diogo Pereira de Vasconcellos.

Se a finalidade dos escritos deste jurista era praticamente a mesma das dissertações de Teixeira Coelho e de Rocha, não se pode esquecer que duas décadas separam Vasconcellos dos outros memorialistas. Ainda que as paisagens naturais e urbanas de Minas não tivessem sofrido grandes alterações durante este curto intervalo, no início do século XIX, alguns espíritos esclarecidos da colônia já se tinham impregnado de uma percepção e de uma sensibilidade particular em relação à natureza e aos artefatos humanos. São estes novos sentimentos que transparecem nas descrições de Diogo de Vasconcellos e, sobretudo, nas de Auguste de Saint-Hilaire.

O olhar dos viajantes sobre os espaços urbanos variou em função do ponto de visada: os mesmos objetos não tinham o mesmo estatuto quando examinados do interior ou do exterior das povoações. Assim, as vilas e os arraiais que, de longe, pareciam “belos” e “pitorescos” podiam se revelar banais ou demasiado “irregulares” quando examinados de perto; a rusticidade, o aspecto inacabado, a irregularidade e a assimetria eram características que compunham belas representações pictóricas, mas que não convinham a paisagens urbanas “reais”.²⁰³

Somente ao cabo de muitas décadas é que estas formas urbanas, tão singulares, começariam a ser realmente apreciadas. Como é sabido, foi a partir do início do século XX que o olhar de artistas e intelectuais brasileiros fez surgir uma nova mentalidade, a qual culminaria com o processo de monumentalização e de “consagração patrimonial”²⁰⁴ dos conjuntos arquitetônicos e paisagísticos herdados da época colonial.

**As imagens a seguir correspondem ao
Capítulo 11, originalmente reunidas ao final
da terceira parte desse livro.**

pp. 576-582

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Figura 11.1 – A praça do palácio dos governadores de Vila Rica, reformada no início do século XIX, quando da construção da nova Casa de Câmara. Em frente ao palácio, um chafariz (doc. IEB-USP).

Fonte: reprodução extraída de REIS FILHO. *Imagens de vilas e cidades do Brasil colonial*.

Figura 11.2 – Vista da Vila de Nossa Senhora do Carmo na época da concessão do título de vila, outorgado por Albuquerque. A povoação apresentava, então, um aspecto bastante modesto, possuindo somente um sobrado, construído pela câmara para servir de residência aos governadores (detalhe do “Mappa das minas de ouro e São Paulo...”, publicado em *Mapas Históricos Brasileiros*).

Figura 11.3 – Planta da cidade episcopal de Mariana, parcialmente inundada pelo ribeirão do Carmo. A parte mais clara do desenho corresponde à expansão urbana, construída a partir de 1745, atrás da catedral. Fonte: reprodução extraída de ADONIAS. *Mapa*.

Figura 11.4 – O chafariz de São José (dos Contos), um dos mais belos de Vila Rica.

Fonte: reprodução extraída de GOODWIN. *Brazil Builds*.

Figura 11.5 – Um serviço de minerar nas cercanias de Vila Rica, por Rugendas.

Figura 11.6 – “Carregadores de água”, por Rugendas. Os chafarizes eram locais de encontro para a população negra. As câmaras procuravam controlar o uso desses equipamentos e dos espaços públicos em que eles se situavam.

Figura 11.7 – A ladeira da Igreja de Santa Efigênia (irmandade dos pretos), uma das ruas mais íngremes de Vila Rica.

Fonte: reprodução extraída de GOODWIN. *Brazil Builds*.

As notas a seguir correspondem ao Capítulo 11, originalmente reunidas ao final desse livro.

pp. 665-673

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

CAPÍTULO 11

CONSTRUÇÃO E REPRESENTAÇÕES DAS PAISAGENS URBANAS

- ¹ HUETZ DE LEMPS. Les singularités paysagères de l'urbain, p. 1-4.
- ² ROGER. *La théorie du paysage en France*; MARCEL. *Composer le paysage*.
- ³ Em nossa dissertação de mestrado, apresentamos uma discussão sobre estas abordagens, privilegiando as mais especificamente geográficas. Ver: FONSECA. *Mariana: gênese e transformação de uma paisagem cultural*, p. 5-28.
- ⁴ HUETZ DE LEMPS. Les singularités paysagères de l'urbain, p. 5.
- ⁵ ESCALLIER; HUETZ DE LEMPS. De l'objet du paysage urbain (16^e-20^e siècles).
- ⁶ ESCALLIER, HUETZ DE LEMPS. De l'objet du paysage urbain (16^e-20^e siècles).
- ⁷ Consideramos “intervenções” diversos tipos de interferência no espaço urbano: mudanças de sítio, (re)desenho do traçado viário, mas também ações mais setorializadas, que objetivavam tanto o “embelezamento” como a maior funcionalidade e “comodidade” das povoações, a implementação de equipamentos e “redes técnicas” (chafarizes e canalizações), a pavimentação e a regularização dos espaços públicos, a construção e manutenção de pontes.
- ⁸ HOLANDA. *Raízes do Brasil*, p. 61-100.
- ⁹ Smith, “As artes na Bahia”, *apud* CHICÓ. A “cidade ideal” do Renascimento e as cidades portuguesas da Índia, p. 322-323.
- ¹⁰ Holanda, “Semana S. B. de Holanda/USP” *apud* REIS. *As identidades do Brasil*, p. 143.
- ¹¹ Em contrapartida, no capítulo anterior, intitulado “Herança Rural”, o autor deixa claro que suas observações a respeito da primazia da vida rural sobre a vida urbana na colônia “relacionam-se principalmente com o primeiro e o segundo século da colonização; já no terceiro, a vida urbana, em certos lugares, parece adquirir mais caráter, com a prosperidade dos comerciantes reinóis, instalados nas cidades” (HOLANDA. *Raízes do Brasil*, p. 59).
- ¹² REIS. *As identidades do Brasil*, p. 143.
- ¹³ SANTOS. Formação de cidades no Brasil colonial, p. 5.
- ¹⁴ SANTOS. Formação de cidades no Brasil colonial, p. 5-6.
- ¹⁵ DELSON. *New Towns for Colonial Brazil*, p. 2.
- ¹⁶ REIS FILHO. *Evolução urbana no Brasil*; DELSON. *New Towns for Colonial Brazil*.
- ¹⁷ HOLANDA. *História geral da civilização brasileira*, t. 1, v. 1, p. 114.
- ¹⁸ A ausência de um modelo único de traçado e a importância atribuída aos sítios urbanos caracterizam não apenas o urbanismo português, mas também estão presentes nas fundações urbanas dos franceses no Novo Mundo. Ver: VIDAL; D'ORGEIX. *Les villes françaises du Nouveau Monde*, p. 57-59.

- ¹⁹ ROSSA. O urbanismo regulado e as primeiras cidades coloniais portuguesas.
- ²⁰ ARAÚJO. *As cidades da Amazônia no século XVIII*: Belém, Macapá e Mazagão; ARAÚJO. A fronteira a Oeste: o Mato Grosso; ARAÚJO. *A urbanização do Mato Grosso no século XVIII*.
- ²¹ MUSSET. L'espace espagnol, p. 22. Para uma bibliografia geral das fundações portuguesas e castelhanas, consultar: ARAÚJO; ROSSA; MENDEZ; GUTIERREZ. *Bibliografia ibero-americana da história do urbanismo e da urbanística*.
- ²² BRENNA. Medieval ou Barroco?, p. 141-145. Neste texto, a autora retoma e desenvolve as análises de Paulo Santos publicadas no texto: SANTOS. Formação de cidades no Brasil colonial.
- ²³ VASCONCELLOS. Formação das povoações de Minas Gerais, p. 5-6.
- ²⁴ VASCONCELLOS. Formação urbana do arraial do Tejuco (*RSPHAN*, p. 121).
- ²⁵ VASCONCELLOS. *Mineiridade*, p. 88-89.
- ²⁶ A evolução urbana (séculos XVIII-XX) de Mariana foi objeto de nossa dissertação de mestrado em Geografia, defendida em 1995 (ver referência acima). No que diz respeito ao século XVIII, este estudo foi complementado por pesquisas posteriores, realizadas em arquivos portugueses e brasileiros. Ver: FONSECA. Do arraial à cidade; FONSECA. *Cidades et villes cathédrales dans l'outremer portugais*, p. 47-64.
- ²⁷ CONSULTA do Conselho Ultramarino de 17 de julho de 1709. *Documentos históricos*, p. 223.
- ²⁸ Auto de levantamento da vila de São João d'El Rei (*RAPM*, II, 1897, p. 88).
- ²⁹ GUIMARÃES. *São João del-Rei, século XVIII*, p. 32.
- ³⁰ APM, SC 09, fl. 23.
- ³¹ Diário da jornada que fez o Exmo. Dom Pedro desde o Rio de Janeiro até a cidade de São Paulo e desta até as Minas, no ano de 1717 (*RSPHAN*, p. 313).
- ³² APM, SC 11, fl. 116v.
- ³³ GUIMARÃES. *São João del-Rei, século XVIII*, p. 39.
- ³⁴ GUIMARÃES. *São João del-Rei, século XVIII*, p. 39, p. 62-65.
- ³⁵ GUIMARÃES. *São João del-Rei, século XVIII*, p. 54.
- ³⁶ Como se sabe, a Rua Direita é um elemento constante nas implantações portuguesas: trata-se geralmente da via que conduz à igreja matriz.
- ³⁷ GUIMARÃES. *São João del-Rei, século XVIII*, p. 54.
- ³⁸ GUIMARÃES. *São João del-Rei, século XVIII*, p. 39, p. 62-65. No mundo português, as Misericórdias eram associações que reuniam a "nobreza" local e destinavam-se a cuidar dos doentes pobres.
- ³⁹ História da Vila do Príncipe e do modo de lavar os diamantes e de extrair o cascalho (CÓDICE Costa Matoso, p. 847).
- ⁴⁰ A respeito da negra forra Jacinta de Siqueira, consultar: FURTADO. *Chica da Silva e o contratador dos diamantes*.
- ⁴¹ Carta de Antônio Ferreira de Mello, ouvidor da comarca de Serro do Frio, 15 de maio de 1731 (AHU, cx. 22, doc. 42).

- ⁴² História da Vila do Príncipe e do modo de lavar os diamantes e de extrair o cascalho (CÓDICE Costa Matoso, p. 848).
- ⁴³ Carta do governador Gomes Freire, 9 de maio de 1744 (APM, SC 69, fl. 43v).
- ⁴⁴ LEFORT. *Cidade de Campanha*, p. 25-29.
- ⁴⁵ LEFORT. *Cidade de Campanha*, p. 26.
- ⁴⁶ VALLADÃO. *Campanha da Princeza*, v. I, p. 37.
- ⁴⁷ Ver o artigo “Campanha” em: BARBOSA. *Dicionário histórico geográfico de Minas Gerais*, p. 70-71.
- ⁴⁸ VALLADÃO. *Campanha da Princeza*, v. I, p. 161-162.
- ⁴⁹ VALLADÃO. *Campanha da Princeza*, v. I, p. 166.
- ⁵⁰ CREAÇÃO de villas no período colonial (RAPM, II, 1897, p. 97).
- ⁵¹ CREAÇÃO de villas no período colonial (RAPM, II, 1897, p. 102).
- ⁵² BARBOSA. *Dicionário histórico geográfico de Minas Gerais*, p. 163-164, verbete “Itapecerica”.
- ⁵³ Na segunda metade do século XVIII e no início do XIX, este tipo de intervenção ocorreu em muitas localidades de Minas Gerais: Cambuí, Itajubá, Santa Catarina (atual Natércia), Santo Antônio do Calambau (atual Presidente Bernardes), São Gonçalo do Sapucaí, Taquaraçu. Ver os respectivos verbetes em: BARBOSA. *Dicionário histórico geográfico de Minas Gerais*. Consultar, também: DA MATA. *Chão de Deus*.
- ⁵⁴ MUSSET. *Les villes nomades du Nouveau Monde*.
- ⁵⁵ RAPM, II, 1897, p. 84.
- ⁵⁶ VASCONCELLOS. *Vila Rica*, p. 66.
- ⁵⁷ VASCONCELLOS. *Vila Rica*, p. 69-71.
- ⁵⁸ VASCONCELLOS. *Vila Rica*, p. 71.
- ⁵⁹ APM, CMOP 01, fl. 54v.
- ⁶⁰ Atos datados de mês de outubro e dezembro de 1797. APM, CMOP 40 (folha avulsa).
- ⁶¹ Trata-se, como se sabe, do edifício do atual Museu da Inconfidência, na Praça Tiradentes.
- ⁶² Como observou, em 1806, o jurista Diogo Pereira Ribeiro de Vasconcellos: “a grande praça principal da vila, acabada em o ano de 1797 com a demolição de umas casas que assombravam meia parte do novo edifício da câmara” (VASCONCELLOS. Breve descrição geographica, physica e politica da capitania de Minas Geraes).
- ⁶³ “Termo de Vereação” (RAPM, VIII, 1903, p. 374-75).
- ⁶⁴ VASCONCELLOS. Breve descrição geographica, physica e politica da capitania de Minas Geraes.
- ⁶⁵ FONSECA. Do arraial à cidade, p. 267-301.
- ⁶⁶ VASCONCELLOS. *Breviário histórico e turístico de Mariana*.

- ⁶⁷ APM, CMM 3, fl. 125v.
- ⁶⁸ VASCONCELLOS. *Breviário histórico e turístico de Mariana*.
- ⁶⁹ Ordem régia de 13 de setembro de 1745 (APM, CMM 15, fl. 134v).
- ⁷⁰ Ordem régia de 2 de maio de 1746 (APM, SC 45, fl. 27v).
- ⁷¹ APM CMM 15 fl. 58v.
- ⁷² Ordem régia de 2 de maio de 1746 (APM, SC 45, fl. 27v).
- ⁷³ APM CMM 15 fl. 58v.
- ⁷⁴ É o que mostra um documento relativo a uma querela entre duas irmandades de Mariana, a respeito do itinerário a ser seguido pela procissão dos Passos, citado em: TRINDADE. *Instituições de igrejas no Bispado de Mariana*, p. 159.
- ⁷⁵ AHCMM, cód. 462, fl. 65v.
- ⁷⁶ AHCMM, cód. 462, fl. 65v.
- ⁷⁷ AHCMM, cód. 462, fl. 93v.
- ⁷⁸ AHCMM, cód. 462, fl. 93v.
- ⁷⁹ Documento mencionado em: VASCONCELLOS. *Breviário histórico e turístico de Mariana*.
- ⁸⁰ Carta de 30 de julho de 1774 (AHU, cx.107, doc. 24).
- ⁸¹ A expressão “redes técnicas urbanas” (*réseaux techniques urbains*) refere-se, principalmente, aos sistemas de esgoto, de adução de água, de gás e de eletricidade. Ver: FONSECA. *Bien commun et intérêts privés*, p. 227-243.
- ⁸² Inscrição latina citada em: BANDEIRA. *Guia de Ouro Preto*, p. 138.
- ⁸³ Em sua obra *Explorations of the Highlands of Brazil* (Londres, 1869), o viajante inglês Richard Francis Burton observou, com ironia, que a água dos chafarizes de Vila Rica “é melhor do que seu latim” (*apud* BANDEIRA. *Guia de Ouro Preto*, p. 40).
- ⁸⁴ MELLO. *Barroco mineiro*, p. 206.
- ⁸⁵ Ver os interessantes estudos sobre as redes de abastecimento de água em Jerusalém e Manila em: BOCQUET; FETTAH. *Réseaux techniques et conflits de pouvoir*.
- ⁸⁶ Sobre os métodos de exploração, ver: FERRAND. *L’or à Minas Gerais*; LATIF. *As Minas Gerais*.
- ⁸⁷ APM, CMM 15, fl. 128f.
- ⁸⁸ APM, CMM 15, fl. 128f.
- ⁸⁹ FONSECA. Do arraial à cidade.
- ⁹⁰ VASCONCELOS. *História antiga das Minas Gerais*, v. II, p. 80.
- ⁹¹ APM, CMOP 39, fls. 72-73v, documento citado em: BORREGO. *Códigos e práticas*, p. 153.
- ⁹² “Atas da Câmara Municipal de Ouro Preto (1711-1715)”, Anaes da Biblioteca Nacional, 1927, v.49, p. 379, *apud* BORREGO. *Códigos e práticas*, p. 153.

- ⁹³ APM, CMOP 36, fl. 20, documento citado em: BORREGO. *Códigos e práticas*, p. 144.
- ⁹⁴ APM, CMOP 39, fl. 72-73v, documento citado em: BORREGO. *Códigos e práticas*, p. 153.
- ⁹⁵ APM, fundo “Documentos avulsos da Câmara Municipal de Ouro Preto” (CMOP, “avulsos”), cx. 62, doc. 9, Villa Rica, 23.01.1745.
- ⁹⁶ VASCONCELLOS. *Vila Rica*, p. 79.
- ⁹⁷ APM, CMOP 39, fls. 72-73v, documento citado em: BORREGO. *Códigos e práticas*, p. 153.
- ⁹⁸ APM, CMM 29, editais de 26 de outubro de 1796 (fl. 21v), 26 de janeiro de 1803 (fl. 54-57), 18 de julho de 1819 (fl. 162).
- ⁹⁹ Documento citado em: SINOPSE da história de Mariana. Sobre os sistemas de adução de água utilizados nas cidades mineiras, ver: VASCONCELLOS. *Vila Rica*, p. 162-164.
- ¹⁰⁰ APM, CMOP 42 (fl. 91-94) e 50(fl. 52-53v), documentos citados em: BORREGO. *Códigos e práticas*, p. 154.
- ¹⁰¹ APM, CMOP, documentos avulsos, cx. 105, doc. 7 (Vila Rica, 20 de junho de 1787).
- ¹⁰² APM, CMM 29, fl. 57, edital de 26 de outubro de 1803.
- ¹⁰³ Ver os exemplos citados em: VASCONCELLOS. *Vila Rica*, p. 162-164.
- ¹⁰⁴ Segundo James Hardy, viajante do início do século XIX, no Rio de Janeiro as negras vendiam água dos chafarizes públicos, produto que elas anunciavam “aos gritos” pelas ruas da cidade. Citado em: VENÂNCIO. Pobreza estrutural e pobreza conjuntural no Rio de Janeiro, 1750-1808, p. 137-158.
- ¹⁰⁵ VASCONCELLOS. *Vila Rica*, p. 162; MELLO. *Barroco mineiro*, p. 206. Os escravos também eram encarregados de livrar as casas do lixo e dos dejetos, os quais eram jogados nas praias dos rios ou à beira-mar. A respeito do Rio de Janeiro ver: ALENCASTRO. Vida privada e ordem privada no Império. Ver, também: SALGADO. Condições sanitárias nas cidades brasileiras de fins do período colonial (1777-1822).
- ¹⁰⁶ APM, CMM 29, fl. 54v, edital de 26 de janeiro de 1803.
- ¹⁰⁷ Edital de 6 de agosto de 1768, citado em: CINTRA. *Efemérides de São João del-Rei*, v. 2, p. 65.
- ¹⁰⁸ Edital de 23 de julho de 1788, citado em: CINTRA. *Efemérides de São João del-Rei*, v. 2, p. 43.
- ¹⁰⁹ Edital de 6 de agosto de 1768, citado em: CINTRA. *Efemérides de São João del-Rei*, v. 2, p. 65.
- ¹¹⁰ VASCONCELLOS. *Breviário histórico e turístico da cidade de Mariana*.
- ¹¹¹ Documento datado de 10 de julho de 1733. APM, CMOP, avulsos, cx. 222, doc. 62.
- ¹¹² APM, SC 76, fl. 91-92.
- ¹¹³ APM, SC 76, fl. 91-92.

- ¹¹⁴ APM, SC 45, fl. 43, 108; APM, SC 76, fl. 91v.
- ¹¹⁵ APM, CMM 3, editais de 24 de setembro de 1732 (fl. 114) e de 4 de agosto de 1734 (fl. 122v).
- ¹¹⁶ AHCMM, cód. 554, fl. 121.
- ¹¹⁷ APM, CMM 3, editais de 24 de setembro de 1732 (fl. 114) e de 4 de agosto de 1734 (fl. 122v).
- ¹¹⁸ AHCMM, cód. 462, fl. 146, edital de 28 de julho de 1758.
- ¹¹⁹ VASCONCELLOS. *Vila Rica*, p. 164-165.
- ¹²⁰ APM, CMOP 42 (fl. 91-94) e CMOP 50 (fl. 52-53v, 155-157), documentos citados em: BORREGO. *Códigos e práticas*, p. 154.
- ¹²¹ APM, CMM 9, editais de 6 de fevereiro de 1793 (fl. 1v) e de 12 de junho de 1794 (fl. 9).
- ¹²² AHU, cx. 74, doc. 59, requerimento datado de 22 de novembro de 1759.
- ¹²³ POSTURAS da Câmara da vila do Carmo (*Anuário do Museu da Inconfidência*, p. 87).
- ¹²⁴ APM, CMM 3, fl. 132, edital de 26 de novembro de 1735.
- ¹²⁵ POSTURAS da Câmara da vila do Carmo (*Anuário do Museu da Inconfidência*, p. 87).
- ¹²⁶ AHU, cx. 74, doc. 59, requerimento datado de 22 de novembro de 1759.
- ¹²⁷ RAMOS. *A Social History of Ouro Preto*, p. 353.
- ¹²⁸ Atas da Câmara Municipal de Ouro Preto (1711-1715), p. 228, documento citado em: BORREGO. *Códigos e práticas*, p. 137.
- ¹²⁹ Em 1778, a câmara de Pitangui possuía uma das menores receitas da capitania: 800 mil réis, ao passo que Vila Rica e Mariana dispunham de 5.950 mil réis e 4.900 mil réis, respectivamente. Ver: ROCHA. *Geografia histórica da capitania de Minas Gerais*, p. 153.
- ¹³⁰ DINIZ. *Pesquisando a história de Pitangui*, p. 189.
- ¹³¹ DINIZ. *Pesquisando a história de Pitangui*, p. 191.
- ¹³² DINIZ. *Pesquisando a história de Pitangui*, p. 190.
- ¹³³ Edital de 23 de julho de 1788, citado em: CINTRA. *Efemérides de São João del-Rei*, v. 2, p. 43.
- ¹³⁴ Como se sabe, em 1711, temendo a divulgação de informações estratégicas sobre as minas, especialmente sobre suas vias de acesso e seus meios de defesa, Dom João V impediu a circulação de documentos que pudessem fornecer pistas aos “inimigos da Coroa Portuguesa, e em particular à França”, como o relato de Antonil. Com o mesmo objetivo, o rei proscreveu o acesso à região a todos os estrangeiros: mesmos os que tinham autorização de viver na colônia deveriam se restringir às vilas e cidades costeiras.
- ¹³⁵ COELHO. *Instrução para o governo da capitania de Minas Gerais*.
- ¹³⁶ RESENDE. Estudo crítico.

- ¹³⁷ VASCONCELLOS. Breve descrição geográfica, physica e política da capitania de Minas Geraes. A edição mais recente da Fundação João Pinheiro (1994) traz um estudo crítico da obra de Vasconcellos assinado por Carla Maria Junho Anastasia.
- ¹³⁸ RESENDE. Estudo crítico.
- ¹³⁹ RESENDE. Estudo crítico.
- ¹⁴⁰ ANASTASIA. Estudo crítico.
- ¹⁴¹ ROCHA. *Geografia histórica da capitania de Minas Gerais*, p. 96.
- ¹⁴² ROCHA. *Geografia histórica da capitania de Minas Gerais*, p. 121.
- ¹⁴³ ROCHA. *Geografia histórica da capitania de Minas Gerais*, p. 105.
- ¹⁴⁴ COELHO. *Instrução para o governo da capitania de Minas Gerais*, p. 61.
- ¹⁴⁵ COELHO. *Instrução para o governo da capitania de Minas Gerais*, p. 79.
- ¹⁴⁶ COELHO. *Instrução para o governo da capitania de Minas Gerais*, p. 69.
- ¹⁴⁷ LEPETIT. *Les villes dans la France moderne (1740-1840)*, p. 15.
- ¹⁴⁸ SOUZA. A viagem de um magistrado, p. 381-389.
- ¹⁴⁹ Mellier, “Traité du droit de voirie”, *apud* ABRAHAM; DESNÉ. *Histoire littéraire de la France*, v. 5, p. 118.
- ¹⁵⁰ CONAN. Le pittoresque, p. 119.
- ¹⁵¹ CONAN. L'invention des identités perdues, p. 40.
- ¹⁵² CONAN. Le pittoresque, p. 132.
- ¹⁵³ CONAN. Le pittoresque, p. 124.
- ¹⁵⁴ LEPETIT. Voyages en France, p. 116. As observações do autor acerca dos relatos de viagens administrativas (*voyages d'enquête*) produzidas na França também caberiam para os documentos aqui estudados.
- ¹⁵⁵ Ver: AZEVEDO. Le sens du paysage dans la peinture portugaise du XIX^e siècle; PEREIRA. *História da arte portuguesa*, v. 3.
- ¹⁵⁶ SOARES. *Evolução da gravura em Portugal (séculos XV ao XIX)*.
- ¹⁵⁷ BLUTEAU. *Vocabulario portuguez e latino...*, t. VI; SILVA. *Diccionario da lingua portuguesa*.
- ¹⁵⁸ VALENTE. *Diccionario contemporaneo da lingua portugueza*.
- ¹⁵⁹ VASCONCELLOS. Breve descrição geographica, physica e politica da capitania de Minas Geraes, p. 792.
- ¹⁶⁰ VASCONCELLOS. Breve descrição geographica, physica e politica da capitania de Minas Geraes, p. 790.
- ¹⁶¹ VASCONCELLOS. Breve descrição geographica, physica e politica da capitania de Minas Geraes, p. 789-790.
- ¹⁶² VASCONCELLOS. Breve descrição geographica, physica e politica da capitania de Minas Geraes, p. 790.

- ¹⁶³ VASCONCELLOS. Breve descrição geographica, physica e politica da capitania de Minas Geraes, p. 789-790.
- ¹⁶⁴ VASCONCELLOS. Breve descrição geográfica, physica e política da capitania de Minas Geraes (*RAPM*, VI, p. 790, grifo nosso).
- ¹⁶⁵ BOSI. *História concisa da literatura brasileira*; CANDIDO. *Formação da literatura brasileira*, ; ALCIDES. *Estes penbascos*.
- ¹⁶⁶ Conforme observou Maria Efigênia Lage de Resende (RESENDE. Estudo crítico), este sentimento nativista, este desejo de deixar para a posteridade um testemunho sobre o importante papel desempenhado por Minas Gerais na história de Portugal e da Europa constituem um aspecto também presente na obra de José Joaquim da Rocha e na do poeta Cláudio Manoel da Costa, nascido em Minas Gerais e “amigo fraterno” de Vasconcellos (cf., também: ANASTASIA. Estudo crítico, p. 27). O intendente Teixeira Coelho, por sua vez, demonstrou um enorme desprezo por tais questões, que não tinham “qualquer utilidade para o Estado” (RESENDE. Estudo crítico, p. 64-65).
- ¹⁶⁷ VASCONCELLOS. Breve descrição geographica, physica e politica da capitania de Minas Geraes, p. 790.
- ¹⁶⁸ VASCONCELLOS. Breve descrição geographica, physica e politica da capitania de Minas Geraes, p. 790-791, grifos nossos.
- ¹⁶⁹ CONAN. Le pittoresque, p. 120.
- ¹⁷⁰ MELLO. Cláudio Manuel da Costa, p. 372; ver, também: ANASTASIA. Estudo Crítico, p. 27.
- ¹⁷¹ ANDREWS. *The Search of Picturesque*, p. VIII.
- ¹⁷² ANDREWS. *The Search of Picturesque*, p. VII.
- ¹⁷³ Definição presente no dicionário de língua francesa de: ROBERT. *Dictionnaire alphabétique et analogique de la langue française* (edição de 1991).
- ¹⁷⁴ BERQUE. Paysage, milieu, histoire, p. 13-29.
- ¹⁷⁵ CONAN. Le pittoresque, p. 120.
- ¹⁷⁶ CONAN. Le pittoresque, p. 120.
- ¹⁷⁷ CONAN. Le pittoresque, p. 121.
- ¹⁷⁸ CONAN. Le pittoresque, p. 138.
- ¹⁷⁹ CONAN. Le pittoresque, p. 121.
- ¹⁸⁰ SPIX; MARTIUS. *Viagem pelo Brasil*, v. 1, p. 193.
- ¹⁸¹ SPIX; MARTIUS. *Viagem pelo Brasil*, v. 1, p. 194.
- ¹⁸² SPIX; MARTIUS. *Viagem pelo Brasil*, v. 1, p. 201, grifos nossos.
- ¹⁸³ SAINT-HILAIRE. *Voyage dans le District des Diamants et sur le littoral du Brésil*, t. I, p. 33-34, grifos nossos.
- ¹⁸⁴ SAINT-HILAIRE. *Voyage dans le District des Diamants et sur le littoral du Brésil*, t. I, p. 114-115, grifos nossos.
- ¹⁸⁵ CONAN. Le pittoresque, p. 124.

- ¹⁸⁶ GILPIN. *Trois essais sur le Beau Pittoresque*, p. 15.
- ¹⁸⁷ GILPIN. *Trois essais sur le Beau Pittoresque*, p. 45.
- ¹⁸⁸ SAINT-HILAIRE. *Voyage dans les provinces de Rio de Janeiro et Minas Gerais*, t. I, p. 160. Trata-se da igreja de São Pedro dos Clérigos, cuja construção só foi terminada no início do século XX.
- ¹⁸⁹ Citado em: ANDREWS. *The Search of Picturesque*, p. 85.
- ¹⁹⁰ DOS SANTOS. Les villes au loin... Mises en scène de la ville brésilienne dans la littérature de voyages (XVI-XVII^e siècles), p. 29-50.
- ¹⁹¹ Trecho das Oeuvres de Fontenelle (1758), citado no verbete *paysage* de: LITTRÉ. *Dictionnaire de la langue française* (edição de 1973-1974).
- ¹⁹² POHL. *Viagem no interior do Brasil (1813)*, p. 348.
- ¹⁹³ MACHADO. *Dicionário etimológico da língua portuguesa*.
- ¹⁹⁴ LITTRÉ. *Dictionnaire de la langue française*, 1875.
- ¹⁹⁵ POHL. *Viagem no interior do Brasil (1813)*, p. 396.
- ¹⁹⁶ SAINT-HILAIRE. *Voyage dans les provinces de Rio de Janeiro et Minas Gerais*, t. I, p. 136-139, grifos nossos.
- ¹⁹⁷ SAINT-HILAIRE. *Voyages dans le District des Diamants et sur le littoral du Brésil*, t. I, p. 42-43 (grifo nosso).
- ¹⁹⁸ POHL. *Viagem no interior do Brasil (1813)*, p. 95.
- ¹⁹⁹ SAINT-HILAIRE. *Voyage dans les provinces de Rio de Janeiro et Minas Gerais*, t. II, p. 355-356.
- ²⁰⁰ SAINT-HILAIRE. *Voyage dans les provinces de Rio de Janeiro et Minas Gerais*, t. I, p. 145.
- ²⁰¹ SAINT-HILAIRE. *Voyage dans les provinces de Rio de Janeiro et Minas Gerais*, t. I, p. 118.
- ²⁰² SAINT-HILAIRE. *Voyage aux sources du São Francisco et dans la Province de Goiás*, t. I, p. 289.
- ²⁰³ É interessante notar que não foram os aspectos positivos (o “pitoresco” das paisagens), e sim as impressões negativas dos viajantes europeus (apontando a rusticidade das construções e a irregularidade das implantações urbanas coloniais) que os autores brasileiros mais citaram, em obras diversas, de guias de viagem – como o *Guia de Ouro Preto*, publicado na década de 1930 pelo poeta Manuel Bandeira – aos textos de história da arte – como os de Robert Smith, do final da década de 1950. Para mais detalhes sobre esta questão, consultar nosso texto: FONSECA. Irregulares ou pitorescas?
- ²⁰⁴ CHOAY. *L'allégorie du patrimoine*.